Disciplina: Introdução ao Pensamento Filosófico	Código: 3218
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivo Geral: Perceber o significado e a importância da Filosofia enquanto pensamento que pretende superar o senso comum e estabelecer uma visão crítica da realidade.

Objetivos Específicos

Perceber a importância da filosofia para a cultura ocidental;

Identificar as causas que possibilitaram a ruptura da filosofia com o mito;

Reconhecer a filosofia enquanto pensamento lógico, sistemático e racional.

Identificar os vários paradigmas epistemológicos ao longo da história do pensamento.

Diferenciar os tipos de raciocínio;

Assimilar e aplicar as regras de validade dos silogismos.

Reconhecer a importância do método para as ciências;

Diferenciar senso comum / filosofia e ciência.

Ementa:

A Filosofia: atitude filosófica. Filosofia como expressão cultural do ocidente. A Razão e o conhecimento. A lógica. As ciências e a questão do método.

Conteúdo:

Unidade I: Introdução à Filosofia

1.1 Introdução: a atitude filosófica

1.2 A consciência

1.3 A cultura ocidental

1.4 A filosofia como expressão cultural do ocidente:

1.4.1 A origem da filosofia na Grécia

1.4.2 As primeiras questões filosóficas

1.4.3 Mito e filosofia/razão x senso comum

1.4.5 Principais períodos da história da filosofia

Unidade II: A razão e o conhecimento

2.1 A razão

2.2 Realismo e idealismo

2.3 Racionalismo (inatismo) e empirismo

2.4 A síntese Kantiana

2.5 A verdade: dogmatismo e relativismo

2.6 O conhecimento: sujeito/objeto, objetividade/subjetividade

2.7 Inteligência e pensamento: a necessidade do método

Unidade III: A Lógica

3.1 Introdução à lógica: origens

3.2 Elementos da lógica: termos, proposição, juízo, inferências

3.3 Tipos de raciocínio/ argumentação: indução e dedução

3.4 Silogismo

3.5 Silogismo Científico

3.6 A dialética

Unidade IV: As Ciências

4.1A atitude científica/senso comum e ciência

4.2 A ciência na história: as rupturas epistemológicas

4.2As ciências naturais

4.3 As ciências humanas

4.4 A questão do método

4.5 A questão da técnica

Disciplina: Ciência Política	Código: 1901
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivo Geral:

Compreender o processo de evolução das ideias e conceitos políticos ao longo da história, principalmente aqueles que fundamentam a modernidade.

Objetivos Específicos

Analisar e compreender o conceito de política a partir de sua origem greco-romana.

Estudar sobre a política na Idade Média e a transição para a Idade Moderna.

Analisar o contexto de formação e consolidação do Estado Moderno e do Absolutismo.

Estudar a Revolução Inglesa e Francesa e Americana, bem como as obras de autores clássicos da política que vivenciaram tais processos.

Analisar sobre os fundamentos teóricos e políticos do Estado Liberal.

Ementa:

A Ciência Política: conceito e relação com outras disciplinas. Doutrinas Políticas e teorias justificativas do poder do Estado moderno: absolutismo, liberalismo, democracia e separação de poderes.

Conteúdo:

UNIDADE I A CIÊNCIA POLÍTICA:

1.1. Conceito de Ciência Política

1.2. Objeto de estudo da Ciência Política

1.3.Relações com outras áreas de conhecimento

1.4. Algumas considerações sobre o método

1.5. Histórico da Ciência Política

1.6. Um tópico de Teoria Política: a contribuição de Maquiavel para a autonomia da política

UNIDADE II O HOMEM E A SOCIEDADE:

2.1. Sociedade e Comunidade

2.2. Característica da Sociedade

2.3. Tipos de Sociedade

2.4. O conceito de Sociedade

2.5. Os fins do Estado

2.6. A origem do Estado: Teorias

UNIDADE III O ESTADO E O CIDADÃO

3.1. O conceito de cidadania

3.2. Os instrumentos de exercício da cidadania

3.3. A Desobediência Civil

UNIDADE IV CLÁSSICOS DO PENSAMENTO POLITICO

4.1 Nicolau Maquiavel

4.2 Thomas Hobbes

4.3 John Locke

4.4 Montesquieu

4.5 Jean-Jaques Rousseau.

Unidade V – O Debate político na atualidade

5.1 Tocqueville: Igualdade de Liberdade

5.2 Stuart Mill: Liberdade e Representação

5.3 A visão de Marx, Lênin e Gramsci

Disciplina: Introdução ao Direito	Código: 3232
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 04

Objetivo Geral:

Introduzir o graduando nos conhecimentos iniciais do fenômeno jurídico, levando-o a compreender o que se entende por Direito, suas fontes, as principais ideologias jurídicas, percebendo as diversas possibilidades de conceito do fenômeno Direito, seus elementos característicos, sua interface com a sociedade e a noção de Justiça.

Objetivos Específicos

Estudar as concepções de Direito.

Estudar as fontes do Direito e suas interferências recíprocas

Compreender a norma jurídica, sua classificação e estrutura básica.

Compreender a relação jurídica, sua estrutura e elementos fundamentais.

Avaliar e discutir o conceito de Justiça e sua relação com o Direito

Ementa:

O conceito do Direito. Fontes do Direito. A norma jurídica. Relação Jurídica. Direito e Justiça

Conteúdo:

Unidade I. Introdução ao Estudo do Direito

1.1 – Direito: conceitos e acepções da palavra

1.2 – Direito como ciência e como tecnologia

1.3 – Instrumentos de controle social e o Direito

1.4 – A teoria tridimensional do Direito em Miguel Reale

1.5 – Fundamentos do Direito: jusnaturalismo, positivismo jurídico, normativismo jurídico

1.6 – Dogmática e zetética jurídicas

1.7 – Solução e decisão na ciência dogmática do Direito

1.8 – Direito Positivo e seus ramos: público, privado e difuso

Unidade II. Fontes do Direito

2.1 – Conceito de fonte do direito

2.2 – Fontes estatais do Direito: lei e jurisprudência

2.3 – Fontes não estatais do Direito: costume e doutrina

2.4 – Poder normativo dos grupos sociais

2.5 – As lacunas da lei e as técnicas de suprimento de lacunas

Unidade III. Princípios e Normas Jurídicas

3.1 – Normas jurídicas e princípios: distinções fundamentais

3.2 – Elementos e características da norma jurídica

3.3 – Classificações da norma jurídica

3.4 – Validade, vigência e eficácia da norma jurídica

Unidade IV. Relação Jurídica

4.1 – Relação Jurídica: conceito e relação com o fato jurídico

4.2 – Sujeitos da relação jurídica: pessoa natural e pessoa jurídica

4.3 – Objetos da relação jurídica: objeto mediato e imediato

4.4 – Direito subjetivo e dever jurídico

4.4.1 – Classificação dos direitos subjetivos:

a) direitos absolutos e relativos;

b) direitos patrimoniais e não patrimoniais

c) direitos disponíveis e indisponíveis

d) direitos principais e acessórios

e) direito potestativo e direito a uma prestação

Unidade V. Direito e Justiça

– Considerações acerca da Justiça

– As diferentes concepções do justo

– Justiça, equidade e segurança jurídica

– O problema das leis injustas

Disciplina: Sociologia Aplicada – On Line	Código: 4957/3037
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 04

Objetivo Geral:

Compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais como fruto da criatividade universal do homem, buscando construir uma cidadania planetária e Articular os diversos conhecimentos apreendidos tendo em vista aplicá-los na análise e avaliação da sociedade atual, ampliando as interações sociais.

Objetivos Específicos:

Compreender os fenômenos estudados pela Sociologia;

Apreender criticamente os problemas metodológicos presentes nas Ciências Sociais;

Diferenciar os métodos empregados pela análise sociológicas;

Contextualizar a origem da Sociologia Jurídica como Ciência, estabelecendo as criticas que alguns autores evidenciam quanto à autonomia dessa ciência.

Ementa:

A formação da Sociologia como conhecimento científico. Caracterização da sociedade humana. Conceitos básicos. A estratificação social. A sociedade capitalista contemporânea.

Conteúdo:

UNIDADE I - A FORMAÇÃO DA SOCIOLOGIA COMO CONHECIMENTO CIENTÍFICO.

1.1 O contexto sócio-histórico e intelectual do surgimento da

Sociologia.

1.2 A crise do Feudalismo.

1.3 A formação dos Estados Nacionais.

1.4 O Mercantilismo e a expansão comercial ultramarina.

1.5 A Sociologia se estabelece como Ciência.

UNIDADE II - A SOCIOLOGIA CLÁSSICA.

2.1 Uma nova ciência, a Sociologia.

2.2 A Sociologia de Émile Durkheim.

2.3 A Sociologia de Karl Marx.

2.4 A Sociologia Compreensiva de Max Weber.

UNIDADE III - CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE HUMANA.

3.1 Elementos principais da sociedade humana.

3.2 A essência da cultura.

3.3 Classificação da cultura.

3.4 Cultura popular e cultura erudita.

3.5 Indústria cultural ou cultura de massa.

UNIDADE IV - A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.

4.1 O que é estratificação social?

4.2 O sistema de castas.

4.3 A organização social através dos estamentos.

4.4 As classes sociais.

UNIDADE V - A SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA.

5.1 O fenômeno da globalização.

5.2 Um estudo sobre os primórdios da globalização.

5.3 As consequências do processo de globalização.

UNIDADE VI - CONCEITOS E EXPRESSÕES FREQUENTES UTILIZADOS PELA SOCIOLOGIA

6.1 Acomodação, Adaptação, Alienação, Antagonismo Social, Assimilação.

6.2 Cidadania.

6.3 Competição.

6.4 Consciência de classe, Cooperação.

6.5 Direitos Fundamentais.

6.6 Interação Social.

6.7 Justiça Social.

6.8 Mobilidade Social, Movimentos Sociais.

Disciplina: Linguagem e Argumentação Jurídica	Código: 1904S
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Possibilitar o acesso e a compreensão do texto jurídico nos seus aspectos linguísticos, argumentativos e pragmáticos considerando a especificidade do pensamento jurídico explícito e implícito nas legislações, decisões jurídicas e doutrina dogmática.

Objetivos Específicos

Atentar para a importância da linguagem no meio jurídico.

Analisar os elementos que compõem o ato de comunicação.

Conscientizar-se acerca das variedades linguísticas.

Conhecer as funções da linguagem para empregá-las nos textos jurídicos.

Reconhecer a importância do sentido das palavras, empregando-as corretamente nos diversos contextos.

Atentar para a polissemia do vocabulário, especialmente o jurídico.

Apreender as diversas mensagens do texto

Capacitar o aluno para a construção de unidades significativas com coesão e coerência.

Identificar as características do texto narrativo e do texto descritivo.

Perceber a importância de uma narração clara dos fatos, evidências e provas na linguagem jurídica.

Perceber a importância de uma descrição adequada de personagens e procedimentos no discurso jurídico.

Redigir textos narrativos e descritivos jurídicos.

Identificar as características do texto dissertativo.

Perceber que a linguagem jurídica é essencialmente argumentativa.

Redigir textos argumentativos.

Superar as dificuldades da língua, dominando o emprego correto da norma culta formal, objeto de trabalho do jurista, com clareza, objetividade.

Ementa:

Teoria geral da comunicação. Funções da linguagem. O sentido das palavras. Estrutura frásica. Estrutura do parágrafo. Enunciação e discurso jurídico: o texto jurídico argumentativo. Tipologia textual. Revisão

gramatical.

Conteúdo:

Unidade I Teoria da comunicação:

1.1 Conceitos gerais sobre comunicação e comunicação jurídica

1.2 Elementos da comunicação

1.3 Funções da linguagem

1.4 Níveis de linguagem

1.5 O ato comunicativo jurídico

Unidade II Vocabulário jurídico:

2.1 Denotação e conotação

2.2 Polissemia e homonímia

2.3 Sinonímia e paronímia

2.4 Latinismos

Unidade III A estrutura frásica da linguagem jurídica:

3.1Relações sintáticas na expressividade do pensamento: frase, oração, período.

3.2 Paragrafação visualizando a coesão e a coerência.

Unidade IV Tipologia textual aplicada ao Direito:

4.1 O texto narrativo

4.2 O texto descritivo

4.3 O texto dissertativo: expositivo e argumentativo

4.4 Revisão gramatical aplicada aos textos.

Unidade V Redação Forense

5.1 Procuração: tipos, modelos e redação de procurações extrajudiciais e judiciais.

5.2 Requerimento: tipos, modelos e redação de requerimentos simples e complexos; judiciais e extrajudiciais.

5.3 Exordial e Contestação; modelos simples. Observação do vocabulário.

5.4 Habeas Corpus: modelos e redação de Habeas Corpus Liberatório e Preventivo.

2º Período – Curso de Direito

Disciplina: História dos Sistemas Jurídicos Contemporâneos	Código: 1905
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Compreender o Direito a partir da construção do pensamento jurídico e de sua organização histórica. O conhecimento histórico do desenvolvimento da ciência jurídica servirá como instrumento, ao lado das demais disciplinas fundamentais, para o estudo da dogmática jurídica a partir de uma concepção crítica.

Objetivos Específicos:

Conhecer a história do direito, observando seu objeto, métodos e fontes e perceber a importância desse estudo.

Compreender o desenvolvimento do direito durante os períodos anteriores à idade contemporânea.

Compreender os estudos de direito comparado e identificar as principais famílias de direitos.

Compreender a estrutura da common-law, comparando o direito inglês com o direito norte-americano.

Identificar os fatores de divisão entre a família socialista e a família romano-germânica.

Identificar os diferentes sistemas jurídicos no contexto em que se encontram.

Perceber os fatores de origem e desenvolvimento do direito brasileiro.

Ementa:

Introdução a História do Direito. O Direito primitivo. O Direito na Idade Media. O Direito na Idade Moderna. O Direito na Idade Contemporânea. Os grandes sistemas do Direito Contemporâneo. História do Direito Brasileiro.

Conteúdo:

Unidade I Introdução à História do Direito:

1.1 objeto, método e natureza da disciplina História do Direito

1.2 Os grandes sistemas do direito contemporâneo: visão geral

1.3 Linha do tempo na História Geral

1.4 Linha do tempo na História do Brasil

Unidade II O Direito dos Povos Primitivos

2.1 Surgimento e evolução do Homo sapiens sapiens

2.2 Fases da pré-história: Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais;

2.3 Funções e expressões do Direito Primitivo segundo Malinowski

Unidade III O Direito na Idade Antiga

3.1 Características gerais do Direito na Antiguidade

3.2 O Direito na Mesopotâmia

3.3 O Direito Hebreu

3.3 O Direito Grego

3.4 O Direito Romano e as bases do Civil Law

Unidade IV O Direito na Idade Média

4.1. Características socioeconômicas da Idade Medieval

4.2 O Pluralismo Jurídico na Europa Continental

4.3 A Formação do Common Law nas Ilhas Britânicas: história do Direito Inglês

Unidade V O Direito na Idade Moderna

5.1 A burguesia, os Estados Nacionais e o Sistema colonial

5.2 As revoluções burguesas e a I Geração dos Direitos Humanos

Unidade VI O Direito na Idade Contemporânea

6.1 A Revolução Industrial e a crise do capitalismo

6.2 As revoluções proletárias e a II Geração dos Direitos Humanos

6.3 As Grandes Guerras e a III Geração dos Direito Humanos

6.4 Visão Geral dos Sistemas Jurídicos contemporâneos: o direito no Oriente, o direito socialista, o direito islâmico..

Unidade VII História do Direito brasileiro

7.1 O Direito no Brasil Colônia

7.2 O Direito no Brasil Império

7.3 O Direito no Brasil República 7.4 O Direito na Era Vargas 7.5 O Direito na Ditadura Militar e a Reabertura Democrática

Disciplina: Filosofia Jurídica	Código: 3447
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivo Geral:

Compreender o Direito como fenômeno multidimensional e passível de várias abordagens como fato, valor, norma, poder e signo. Destacar algumas consequências hermenêuticas e políticas na aplicação das várias concepções jurídicas.

Objetivos Específicos:

Tomar consciência da importância de filosofar o direito e suas implicações.

Conhecer a construção do direito e suas relações com a legitimidade, justiça e poder na história da filosofia

Compreender a distinção e relação entre Direito Natural e Direito Positivo.

Acompanhar a discussão sobre a justiça em autores contemporâneos

Refletir sobre tópicos conceituais de Filosofia Jurídica como: direito, poder e não violência.

Ementa:

O fenômeno jurídico e a abordagem tridimensional de Miguel Reale. Conceito, significado e âmbito da Filosofia Jurídica. Direito Natural e Direito Positivo na História da Filosofia. Critérios de distinção e relação entre Direito Natural e Direito Positivo. O positivismo Jurídico como abordagem valorativa do Direito. Direito e Justiça. Direito, Poder e não violência.

Conteúdo:

Unidade I Introdução à Filosofia do Direito

1.1 Noção e Objeto da Filosofia do Direito

1.2. O método na Filosofia do Direito

1.3 A Filosofia do Direito e as Ciências afins

Unidade II O pensamento jusfilosófico na História

2.1 A Filosofia do Direito na Antiguidade

2.1.1.Sócrates: ética, educação, virtude e obediência

2.1.2. Platão: idealismo, virtude e transcendência ética

2.1.3 Aristóteles: justiça como virtude

2.2 A Filosofia do Direito na Idade Média

2.2.1 O Cristianismo: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino

2.2.2 O Voluntarismo de John Duns e Guilherme de Ockham

2.3 A Filosofia do Direito na Idade Moderna

2.3.1 O pensamento renascentista: Maquiavel, Jean Bodin e Hugo Grócio

2.3.2 A escola clássica do Direito Natural

2.3.3 O Direito Racional de Kant

2.3.4 O idealismo alemão e Hegel

2.3.5 A escola Histórica do Direito

2.4 A Filosofia do Direito na Idade Contemporânea

2.4.1 A doutrina do Direito Natural

2.4.2 O positivismo jurídico e suas correntes doutrinárias

2.4.3 A Teoria Pura do Direito em Hans Kelsen

2.4.4 A Teoria Marxista do Direito

2.4.5 Existencialismo e Direito

2.5 A Filosofia do Direito no Brasil

Unidade III Tópicos de Teoria da Argumentação

3.1 Direito e argumentação

3.2 Chaim Perelman e a Nova Retorica

3.3 A Argumentação em Toulmin

3.4 A Argumentação em Neil Maccormick

3.5 A Argumentação em Robert Alexy .

Disciplina: Teoria Geral do Estado	Código: 3874
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 04

Objetivo Geral:

Preparar o aluno para compreender a origem, evolução e funcionamento do Estado, bem como o seu papel na sociedade moderna.

Objetivos Específicos:

Compreender o Estado e a organização do poder político.

Compreender as formas organizacionais do poder político e os seus reflexos no ordenamento jurídico.

Ementa:

O Fenômeno Estado. Elementos do Estado. O poder político organizado. Formas de Estado. Formas, Regimes e Sistemas de Governo. Estado e Soberania na Contemporaneidade.

Conteúdo:

UNIDADE I INTRODUCAO AO ESTUDO DO ESTADO.

Noção de Estado

Origem da palavra Estado

O método da Teoria Geral do Estado

Importância do estudo do Estado para a compreensão do Direito

UNIDADE II SOCIEDADE E ESTADO

2.1. A sociedade.

2.2. A vida de relação.

2.3. Os grupos sociais.

2.4. A organização social primitiva.

2.5. As origens da sociedade, do Estado e do Direito.

UNIDADE III ORIGEM HISTÓRICA DO ESTADO

3.1. Surgimento do estado.

3.2. Evolução histórica.

3.3. Processos de formação do Estado.

3.4. Estado e poder.

3.5. Primeiras manifestações de exercício do poder politico.

3.6. Origem familiar do estado: patriarcalismo e matriarcalismo.

3.7. Origem violenta do estado.

3.8. Origem contratual do estado.

UNIDADE IV ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ESTADO

4.1. Conceito do Estado.

4.2. Elementos constitutivos do estado.

4.3. O elemento humano. populacao. nacao. raca. povo. cidadania.

o territorio. fronteiras. extraterritorialidade.

4.4. O governo.

4.5. O poder do estado

4.6. A soberania.

4.7. A organização do estado e de seu poder.

4.8. Funções do estado.

4.9. A separação de poderes.

UNIDADE V FORMAS DE ESTADO:

5.1 Estado unitário

5.2 Estado federativo

5.3 Estado composto

5.4 Estado confederativo

5.6 Estado regional

UNIDADE VI FORMAS DE GOVERNO

6.1. Monarquia

6.2. República.

6.3. Democracia x autocracia.

6.4 Formas “impuras” de governo

UNIDADE VII SISTEMAS DE GOVERNO

7.1. Presidencialismo.

7.2. Parlamentarismo.

UNIDADE VII – CRISE DO ESTADO NA CONTEMPORANEIDADE

8.1 Globalização e soberania

8.2 Formação dos blocos econômicos no mundo

Disciplina: Teoria Geral do Direito	Código: 3852
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 04

Objetivo Geral:

Desenvolver os raciocínios jurídicos fundamentais para a compreensão holística do sistema jurídico.

Objetivos Específicos:

Compreender os conceitos de sistema jurídico e a sua natureza normativa para aplicação na organização social e conflitos em sociedade.

Compreender a produção de normas no sistema e habilidade para tratar dos fatos jurígenas e das dimensões temporais sistêmicas.

Compreender as insuficiências e conflitos intrassistêmicos do direito.

Compreender a técnica legislativa no Direito brasileiros

Ementa:

O Direito. Como sistema. Existência, validade e eficácia do ato jurídico. Teoria do Ordenamento Jurídico. Técnica Legislativa.

Conteúdo:

Unidade I. O Direito como Sistema:

1.1 A teoria das fontes e o sistema do direito;

1.2 a validade das normas como problema de conteúdo e forma;

1.3 Dimensões axiológicas e teleológicas do sistema do direito

1.4 A compreensão dos elementos do sistema: normas (princípios e regras), valores e elementos não normativos.

Unidade II. O sistema jurídico: existência, validade, eficácia

2.1 Os fatos jurídicos e a sua classificação: fatos, atos e negócios jurídicos;

2.2 O fato jurígeno e as relações jurídicas.

2.3 Antijuridicidade: dolo, culpa e abuso do direito;

2.4 Atos jurídicos inexistentes

2.5 Atos jurídicos inválidos: nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos;

2.5 Atos jurídicos ineficazes: termo, condição e encargo;

Unidade III – Teoria do Ordenamento Jurídico

3.1 A Unidade do Ordenamento Jurídico: o problema da hierarquia.

3.2. A Coerência do Ordenamento Jurídico: o problema dos choques de normas.

3.3. A Completude do Ordenamento Jurídico: o problema das lacunas.

3.4. Finalidades do Direito: ordem, bem comum, justiça.

Unidade IV – Técnica Legislativa

4.1.Técnica legislativa: conceito e dimensões

4.2. Processo legislativo.

4.3. Espécies legislativas comuns

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Jurídica – On Line	Código: 3841/2146
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 04

Objetivo Geral:

Entender a pesquisa como um princípio científico e educativo, familiarizando-se com o processo de pesquisa e com os trabalhos científicos que estão sendo realizados hoje na sua área específica de atuação, de forma a construir a sua capacidade analítica em relação aos mesmos e seu interesse pela pesquisa. Compreender a estrutura, organização e coerências internas que um trabalho científico e um projeto de pesquisa devem apresentar, além de discutir sobre os aspectos e problemas relacionados à execução de um trabalho de pesquisa, mobilizando os alunos para a execução de seus próprios trabalhos.

Objetivos Específicos:

Identificar as várias formas de conhecimento;

Reconhecer e utilizar esquemas e resumos no estudo das disciplinas curriculares;

Interpretar, analisar e ler corretamente textos científicos;

Estudar as regras da ABNT e do META para os trabalhos científicos.

Ementa:

Conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. Investigação científica. O Método Científico. Delineamento da pesquisa. Projeto de pesquisa. Execução da pesquisa. Apresentação e divulgação da pesquisa. Normas da ABNT.

Conteúdo:

UNIDADE I: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

1.1 O Conhecimento Científico e o Senso Comum

1.2 A construção do Conhecimento Científico

1.3 A neutralidade científica

UNIDADE II: A METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

2.1 A importância do método na elaboração da pesquisa

2.2 Tema da pesquisa

2.3 Formulação do problema

2.4 Delimitação do objeto de estudo

2.5 Formulação das hipóteses

2.6 Levantamento de dados

2.7 Análise e interpretação de dados

2.8 A pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa

UNIDADE III: AS TÉCNICAS DE ESTUDO E PESQUISA

3.1 Leitura, análise e interpretação de textos

3.2 A técnica do fichamento

3.3 O arquivo de conteúdos temáticos

UNIDADE IV: AS FONTES DE PESQUISA

4.1 Recursos da biblioteca e da Internet

UNIDADE V: A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

5.1 A função do projeto de pesquisa

5.2 As etapas do projeto de pesquisa

UNIDADE VI: O TRABALHO DE EXECUÇÃO DA PESQUISA

6.1 O trabalho de campo

6.2 A entrevista

UNIDADE VII: O PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

7.1 A organização e a classificação dos dados da pesquisa

UNIDADE VIII: APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PESQUISA

8.1 Os trabalhos de conclusão de curso

UNIDADE IX: A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

9.1 A preparação do trabalho acadêmico

Disciplina: Psicologia Jurídica – On Line	Código: 1770/2619
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 04

Objetivo Geral:

Instrumentalizar o aluno para que possa realizar uma crítica jurídico-psicológica em relação ao papel do Direito e sua inserção social e assim elaborar estratégias de construção de um saber crítico, criando novos paradigmas que possam nortear a prática psicológica no interior das instituições de Direito. Constituição de um novo espaço e perspectiva de atuação, possibilitando a estruturação sistemática deste campo de conhecimento e o compromisso com a transmissão acadêmica para atender a uma demanda e a uma necessidade tanto dos advogados e demais operadores do Direito,quanto dos psicólogos e outros operadores sanitários.

Objetivos Específicos:

Compreender os aspectos éticos, históricos e interdisciplinares da Psicologia Jurídica;

Refletir sobre os processos psíquicos e suas inter-relações com a jurisprudência;

Compreender os principais aspectos da personalidade humana.

Sexualidade humana: papéis, perfis/identidade;

Analisar as interdições sociais na construção da conduta humana;

Avaliar a importância da família, sua noção de parentalidade na psicologia jurídica do indivíduo;

Classificar a atuação e amparo do adolescente nas infrações sociais e suas repercussões: drogas, direção e sexualidade;

Relacionar a noção de violência com a estrutura de identidade familiar do indivíduo.

Compreender as noções psicopatológicas e sua relação com o direito.

Ementa:

Psicologia enquanto ciência e suas interfaces com o Direito. A Psicologia Jurídica à luz do Direito e da Lei. A Psicologia Jurídica como ferramenta de trabalho inter e transdisciplinar, a serviço da mediação entre o indivíduo, seus conflitos e as relações e instituições jurídicas.

Conteúdo:

UNIDADE 1 – PSICOLOGIA

1.1 Psicologia: aspectos históricos

1.1.1 A psicologia científica

1.1.2 Psicologia: conceito

1.1.3 O objeto formal de estudo da Psicologia

1.2 Metodologia de Investigação em Psicologia

UNIDADE 2 - CONCEITOS BÁSICOS DE PSICOLOGIA GERAL PARA OPERADORES DO DIREITO

2.1 Personalidade versus Temperamento

2.2 Teoria Psicanalítica

2.3 Estrutura da Personalidade

2.4 Topografia da mente

2.5 Dinâmica da Personalidade e os mecanismos de defesa do Ego

2.6 Os estágios do desenvolvimento da Personalidade de Freud

2.7 Relevância da Teoria Psicanalítica para a prática da psicologia jurídica

2.8 Teoria do Desenvolvimento Psicossocial

2.9 Estágios de desenvolvimento da Personalidade de Erikson

2.10 Relevância da Teoria do Desenvolvimento Psicossocial para a

prática da psicologia jurídica

2.11 Teoria do Desenvolvimento Moral

2.12 Relevância da Teoria do Desenvolvimento Moral para a psicologia jurídica

UNIDADE 3 - PSICOLOGIA JURÍDICA, DIREITO E LEI

3.1 Aspectos históricos

3.2 Conceito

3.3 Psicologia e Direito

3.4 Psicologia e Lei

UNIDADE 4 – PSICOLOGIA JURÍDICA

4.1 Objetivo

4.2 Métodos (Investigação em Psicologia Jurídica)

4.3 Doença mental e Direito

4.4 Responsabilidade Penal

4.5 A Dinâmica Psicossocial das decisões judiciais

4.6 Laudo e Perícia Psicológica em Direito Penal e Civil

4.7 Tipos de avaliações periciais

4.8 Doença Mental, Perturbação da Saúde Mental e Direito

UNIDADE 5 - PSICOLOGIA JURÍDICA APLICADA NO JUDICIÁRIO

5.1 Juizado Cível: processos de guarda

5.2 Novos campos de atuação: Justiça Terapêutica

UNIDADE 6 - FORMAS ALTERNATIVAS DE APLICAÇÃO DA PSICOLOGIA JURÍDICA

6.1 Mediação

6.2 Conciliação

6.3 Arbitragem

3º Período – Curso de Direito

Disciplina: Criminologia	Código: 1704
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 04

Objetivo Geral:

Desenvolver a compreensão dos conceitos fundamentais da criminologia, mormente quanto aos parâmetros influenciadores do direito brasileiro.

Objetivos Específicos:

Conhecer a Criminologia como ciência empírica e interdisciplinar.

Estudar a consolidação da Criminologia como ciência: A luta de escolas e as diversas teorias da criminalidade.

Estudar a moderna Criminologia "científica" e os diversos modelos teóricos. Psicologia criminal e Sociologia criminal.

Analisar criminologicamente os diversos modelos e sistemas de reação ao delito.

Ementa:

Histórico do pensamento criminológico (escola clássica, escola positiva, sociologia criminal); criminologia crítica; criminologia e o sistema penal; criminologia e o conceito de delito; reação ao crime e a seletividade do sistema punitivo.

Conteúdo:

Unidade I - O método da Criminologia: empirismo e interdisciplinaridade.

1.1O objeto da Criminologia: delito, delinquente, vítima e controle social.

1.2Funções da Criminologia: confiabilidade, conteúdo e objetivos do saber científico criminológico.

1.3 A origem da Criminologia "científica". A etapa "pré-científica" da Criminologia. A etapa científica da Criminologia.

1.4 A escola liberal clássica do direito penal e a criminologia positivista.

1.5A ideologia da defesa social.

Unidade II As teorias psicanalíticas da criminalidade e da sociedade punitiva.

2.1Negação do princípio da legitimidade.

2.2.A teoria estrutural-funcionalista do desvio e da anomia.

2.3Negação do princípio do bem e do mal.

2.4 A teoria das subculturas criminais. Negação do princípio de culpabilidade.

2.5 a teoria das técnicas de neutralização.

Unidade III O novo paradigma criminológico:

3.1“Labeling Approach”, ou enfoque da reação social. Negação do princípio do fim ou da prevenção.

3.2Modelos psicodinâmicos (Psicanálise criminal). Modelos sociológicos (Sociologia Criminal)

3.3A sociologia do conflito e a sua aplicação criminológica. Negação do princípio do interesse social e do delito natural.

Unidade IV As teorias conflituais da criminalidade e do direito penal.

4.1Os limites ideológicos da criminologia “liberal” contemporânea.

4.2.Do “Labeling Approach” a uma criminologia crítica.

4.3 Sistema penal e reprodução da realidade social.

4.4 Cárcere e marginalidade social.

4.5 Criminologia crítica e política criminal alternativa.

4.6 Prevenção do delito no Estado social e democrático de direito.

Disciplina: Direito Constitucional I	Código: 1911
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral :

Compreender as noções básicas do Poder Constituinte em suas diversas manifestações e consequências; analisar os princípios constitucionais fundamentais, a Teoria Geral dos Direitos Humanos e os direitos e garantias fundamentais

Objetivos Específicos:

Estudar a origem do Direito Constitucional e da Constituição Brasileira.

Compreender as normas constitucionais e sua interpretação.

Estudar o poder constituinte e o poder reformador.

Estudar os princípios constitucionais fundamentais e compreender a teoria geral dos direitos humanos.

Conhecer e habilitar o aluno a manejar os remédios constitucionais.

Ementa :

O Direito Constitucional e Constituição. Teoria das Normas Constitucionais. A interpretação do Direito Constitucional. O Poder Constituinte. O Poder Reformador. Os princípios constitucionais fundamentais. Teoria Geral dos Direito Humanos Fundamentais. Direitos, deveres e garantias fundamentais. Direitos políticos. Direitos de Nacionalidade. Remédios Constitucionais.

Conteúdo:

Unidade I: Introdução do Direito Constitucional

Aspectos gerais e históricos do constitucionalismo;

Conceito e elementos das Constituições;

Classificação das Constituições

Poder Constituinte e Poder Reformador: conceito e espécies na CF/88

Nova Constituição e ordem jurídica anterior

Unidade II: Das Normas Constitucionais

2.1 Classificação das normas constitucionais;

2.2 Eficácia das normas constitucionais;

2.3 Interpretação das normas constitucionais

2.4 Aplicabilidade das normas constitucionais.

Unidade III: Princípios Fundamentais na CF/88

3.1 Dos fundamentos da República Federativa do Brasil

3.2 Dos Três Poderes e a Teoria “checks and balances”

3.3 Dos objetivos fundamentais do estado brasileiro

3.4 Dos princípios regentes das relações internacionais.

Unidade IV: Direitos e garantias fundamentais.

4.1 Conceito e distinções iniciais

4.2 Limites dos direitos fundamentais.

4.3 Direitos e garantias fundamentais na Constituição de 1988.

4.4 Direitos políticos

4.5 Direitos de nacionalidade

Unidade V: Remédios constitucionais:

5.1 Do habeas corpus

5.2 Do habeas data

5.3 Do mandado de injunção

5.4 Do mandado de segurança

5.5 Da Ação Popular

5.6 Do direito de petição e do direito de certidão.

Disciplina: Teoria Geral da Interpretação Jurídica	Código: 1912
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivos Gerais:

Conhecer os métodos de interpretação jurídica ao longo da história, discutir as possibilidades de uma verdade hermenêutica, bem como estar apto a compreender e interpretar as normas jurídicas de diversas formas, e perceber o fenômeno jurídico como elemento que está integrado ao contexto social. Compreender as possibilidades de aplicação e os limites de uma interpretação sintático-semântica do Direito constituída pela lógica. Discutir as possibilidades de uma lógica especificamente jurídica.

Objetivos Específicos:

Compreender o fundamental do Direito enquanto ciência que está integrada ao contexto social

Identificar os métodos interpretativos e as diversas possibilidades de compreensão da norma jurídica;.

Entender o processo de julgamento de situações concretas, analisando todas as variáveis que influenciam a tomada de decisão por qualquer dos operadores do Direito.

Ocupar-se do estudo das escolas hermenêuticas como forma de demonstrar ao acadêmico as diversas correntes de pensamento em relação à interpretação das normas

Analisar a possibilidade de existência de uma lógica jurídica e suas implicações no estudo do Direito

Reconhecer as questões de profundidade teórica e prática, quando assim exige o instituto estudado.

Ementa:

Hermenêutica Jurídica. Metódica da Hermenêutica Jurídica. Hermenêutica e argumentação. Interpretação e Aplicação do Direito. Análise da LINDB e da LC 95/98. Escolas Hermenêuticas.

Conteúdo:

Unidade I - O Sistema Jurídico

Evolução do sistema jurídico fechado ao sistema aberto.

1.2 A relação entre os ramos do Direito e as outras ciências.

1.3 Hermenêutica e Aplicação do Direito: objetos distintos

1.4 Passos para a aplicação do Direito em Herkenhoff

1.5 Convencimento e persuasão na retórica jurídica

Unidade II Classificação dos Métodos de Interpretação da lei

2.1quanto à origem

2.2quanto aos efeitos

Unidade III Métodos interpretativos

3.1 método gramatical

3.2 método lógico-racional

3.3 método histórico-evolutivo

3.4 método histórico

3.5 método sociológico

3.6 método teleológico

3.7 método sistemático

Unidade IV Escolas Hermenêuticas

4.1 Escolas do Estrito Legalismo ou dogmatismo

4.1.1 Escola da Exegese

4.1.2Escola dos Pandectistas

4.1.3Escola analítica da Jurisprudência

4.2 Escolas de Reação ao Estrito Legalismo

4.2.1Escola histórica do Direito

4.2.2 Escola Histórico dogmática

4.2.3Escola Teleológica

4.2.4Escola Histórico-evolutiva

4.3 Escolas de interpretação Livre

4.3.1 Escola do Direito Livre

4.3.2 Escola sociológica Americana

4.3.3 Escola Realista Americana

4.3.4 Escola da Jurisprudência de interesses

4.3.5 Escola Egológica

4.3.6 Escola Vitalista do Direito

Unidade V O Direito como Sistema Lógico

5.1 Normas jurídicas e proposições jurídicas

5.2 Superação das antinomias

5.3 O problema das lacunas da lei;

5.3 Silogismo lógico

5.4 Analise da LINDB: arts 1º ao 6º

5.5 A Lei Complementar 95/98

Disciplina: Economia Aplicada ao Direito	Código: 1376
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 04

Objetivo Geral:

Compreender o funcionamento da economia capitalista , nos campos micro e macroeconômico, tendo em vista o desenvolvimento do instrumental para atuação no campo do direito empresarial.

Objetivos Específicos:

Contextualizar historicamente a economia contemporânea;

Compreender o caráter crítico e dinâmico do sistema capitalista;

Compreender o funcionamento do sistema capitalista, bem como a lógica de atuação dos agentes econômicos;

Analisar e identificar as estruturas básicas de concorrência empresarial;

Compreender as resultantes do funcionamento do sistema econômico;

Compreender a dimensão da atuação e o papel do governo nas economias capitalistas;

Conhecer os instrumentais de política econômica governamental, bem como suas finalidades;

Compreender, em linhas gerais, a dimensão das relações externas de uma economia;

Analisar os aspectos jurídicos que permeiam as relações econômicas.

Ementa:

Premissas da Economia. Direito e Economia. Determinação da renda e do produto nacional: teoria monetária. Aspectos contemporâneos da economia.

Conteúdo:

UNIDADE 1 – PREMISSAS DA ECONOMIA

1.1 - Principais conceitos da Economia.

1.2 - Princípios econômicos.

1.3 - A relação do direito e da economia.

1.3 - Noções básicas de economia.

UNIDADE 2 – DIREITO E ECONOMIA

2.1 - A intervenção econômica do Estado e sua função social.

2.2 - A ordem econômica na Constituição Federal.

2.3 - Aspectos jurídicos da intervenção do Estado na economia.

UNIDADE 3 – DETERMINAÇÃO DA RENDA E PRODUTO NACIONAL: TEORIA MONETÁRIA

3.1 - Funções e tipos de moeda.

3.2 - Oferta e demanda de moeda.

3.3 - O papel da taxa de juros.

3.4 - Política monetária.

3.5 - Noções básicas sobre o sistema financeiro nacional.

UNIDADE 4 - TÓPICOS SOBRE ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DA ECONOMIA

4.1 - Os reflexos do processo de globalização

4.2 - A política econômica brasileira

4.3 - Análise da conjuntura econômica brasileira: a instabilidade e a inflação,

os planos econômicos e seus reflexos sobre o direito, a estabilidade.

4.4 - A distribuição de renda no Brasil.

4.5 - Comportamento da empresa e organização da indústria: custos x produção.

4.6 - Estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio e oligopólio.

Disciplina: Direito Civil I	Código: 1919
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Conhecer e interpretar os elementos básicos da teoria geral do Direito Civil, especificamente, no que se refere a pessoas, bens e atos jurídicos.

Objetivos Específicos:

Compreender a teoria geral do direito como instrumental para todo o aprendizado dos institutos civis futuros.

Identificar, na primeira parte do estudo, uma visão geral do Direito, sob o prisma de sua história, fases, evolução e influências até hoje presentes em nosso cotidiano.

Entender a parte geral sob uma feição nitidamente didática, definindo-a como complexo das normas jurídicas disciplinadoras das relações atuais.

Proceder a uma análise minuciosa dos institutos que compõem a Parte Geral do Código Civil, realizando estudo comparado e completo do Código Civil de 2.002, bem como das novas tendências da sociedade de nossos dias.

Ementa:

Conceito de direito; Fontes de direito; Da vigência da lei; Da integração da norma jurídica; Das pessoas; Da pessoa natural; Direitos personalíssimos; Das pessoas jurídicas; Do domicílio civil; Dos bens; Das coisas fungíveis e infungíveis; Do bem de família voluntário e legal; Dos fatos jurídicos; Dos atos jurídicos; Dos defeitos dos atos jurídicas; Do dolo; da coação; da simulação; da fraude; Das modalidades dos atos jurídicos; Da forma dos atos jurídicos; Das nulidades; Dos atos ilícitos; Da prescrição e decadência.

Conteúdo:

Unidade I – Introdução ao Direito Civil

1.1 Noção de direito civil

1.2 História da codificação brasileira

1.3 Visão topográfica do Código Civil

1.4 Estudo comparativo do Código Civil de 2002 e do de 1916

1.5 Tipologia dos direitos civis: direitos personalíssimos, pessoais e reais

Unidade II Das Pessoas

2.1 Da personalidade jurídica

2.1.1 Limites temporais da personalidade jurídica

2.1.2 Da morte natural e da morte presumida

2.1.3 Da Ausência

2.1.4 Da comoriência

2.1.5 Do registro civil das pessoas naturais

2.1.6 Dos direitos personalíssimos

2.2 Da Incapacidade

2.2.1 Da capacidade de fato e de direito; do estado das pessoas

2.2.2 Da incapacidade absoluta e da representação

2.2.3 Da incapacidade relativa e da assistência

2.2.4 Da legitimação para a prática de atos civis

2.2.5 Da emancipação

2.2.6 Da interdição

2.3 Das pessoas jurídicas

2.3.1 Noção de pessoa jurídica e seus requisitos

2.3.2 Teorias acerca da natureza da pessoa jurídica

2.3.3 capacidade e representação

2.3.4 Quadro geral das pessoas jurídicas

2.3.5 Início e fim da personalidade das pessoas jurídicas

2.4 Do domicílio civil

2.4.1 Domicílio e residência: distinção fundamental

2.4.2 Unidade, pluralidade e falta de domicílio. Mudança

2.4.3 Domicílio voluntário, necessário, legal

2.4.4 Domicílio das pessoas jurídicas

2.4.5 Importância processual do tema

Unidade III Dos Bens

3.1 Conceito de bem para o Direito

3.2 Bens como objeto de direitos

3.3 Bens corpóreos e incorpóreos

3.4 Bens considerados em si mesmos: móveis e imóveis

3.4.1 Bens fungíveis e infungíveis

3.4.2 Bens consumíveis e não consumíveis

3.4.1 Bens divisíveis e indivisíveis

3.5 Bens reciprocamente considerados: bens principais e acessórios

3.5.1 Bens acessórios: frutos e produtos

3.5.2 Partes integrantes e pertenças

3.5.3 Benfeitorias: espécies e direitos correlatos

3.6 Bens quanto à titularidade: bens públicos e privados

3.7 Bem de família: legal e voluntário

Unidade IV Dos fatos Jurídicos

4.1 Conceito de fato jurídico: efeitos no ordenamento jurídico

4.2 Quadro geral dos fatos jurídicos: fato jurídico, ato jurídico lícito e ilícito

4.3 Existência, validade e eficácia do negócio jurídico

4.4 Interpretação e prova do negócio jurídico

4.5 Vícios do Negócio jurídico: nulidade, anulabilidade e ações correlatas

4.6 Confirmação, convalidação e conversão do negócio jurídico viciado

Unidade V Da prescrição e da decadência

5.1 Efeitos do tempo sobre o exercício dos direitos

5.2 Direitos a uma prestação e prescrição

5.3 Estado de sujeição e decadência

5.4 Direitos imprescritíveis

5.5 Particularidades da prescrição

5.6 Particularidades da decadência

Disciplina: Antropologia Cultural on-line	Código: 3037
Carga Horária: 60	Créditos: 04

Objetivo Geral:

Entender comportamentos diversificados representados em nossas comunidades, criados por sociedades, minorias, gêneros, classes e idades, através do tempo, do espaço e da interação social.

Objetivos Específicos:

Estudar a diversidade das culturas criadas pelas populações humanas, através do tempo e do espaço, para satisfazer suas necessidades de sobrevivência material, reprodução e realização psíquica.

Revelar os elementos recorrentes e a relação entre os indivíduos e suas respectivas culturas.

Ementa:

Dinamicidade e polissemia do conceito de cultura. Antecedentes históricos da cultura. Cultura e diversidade. Cultura: aquisição ou inatismo. As duas concepções básicas de cultura e as relações entre elas. Significado de social e de cultura. Abordagens culturalistas: limitações e contribuições. Antropologia e política. Algumas temáticas da antropologia das sociedades complexas.

Conteúdo:

UNIDADE 1 – CULTURA: UM CONCEITO POLISSÊMICO E DINÂMICO

1.1 Cultura e Diversidade: uma temática antropológica e contemporânea.

1.2 Cultura: dos sentidos comuns à concepção antropológica.

1.3 Duas concepções básicas de cultura e as relações entre elas.

1.4 Antecedentes históricos do conceito de cultura.

1.5 Noções de “kultur” e “civilization”.

1.6 O conceito de cultura de Tylor: a reunião de todas as possibilidades de realização humana.

1. 7 A Gênese da Antropologia como campo de saber.

1.8 Cultura: aquisição ou inatismo?

UNIDADE II - ANTROPOLOGIA CULTURAL: CONCEITOS, MÉTODOS, TEORIAS E ESCOLAS

2.1 O Campo Antropológico e a Dinâmica Cultural.

2.2 A Escola Evolucionista do Século XIX: contexto histórico de formação.

2.3 O Evolucionismo Social e a abordagem da diversidade cultural: História, Evolução e Progresso.

2.4 As Críticas Antropológicas ao Evolucionismo Social.

2.5 A Escola Cultural Americana (Difusionismo) e o Particularismo Histórico.

2.6 Etnocentrismo e os problemas colocados através de sua prática.

UNIDADE III – ANTROPOLOGIA CULTURAL: MUDANÇA DE PARADIGMA

3.1 A transformação teórico-intelectual do campo antropológico.

3.2 A Escola Funcionalista em Perspectiva: pressupostos conceituais.

3.3 A Etnografia como forma de pesquisa de campo detalhada: A superação do etnocentrismo e o esforço de relativização.

3.4 A Escola Estruturalista em Perspectiva: pressupostos conceituais.

3.5 O Modelo Clássico de Etnografia e as Críticas da abordagem interpretativista da Cultura em Perspectiva.

UNIDADE IV – A ANTROPOLOGIA CULTURAL APLICADA AO ESTUDO DAS SOCIEDADES COMPLEXAS: ALGUNS OBJETOS DE ANÁLISE

4.1 Indivíduo, pessoa e a sociedade brasileira.

4.2 Identidade e sincretismo religioso na cultura brasileira.

4.3 Racismo à brasileira: cor e raça na intimidade.

4.4 Cultura e identidade nacional: Brasil, o país do “jeitinho”?

4.5 Corpo: suporte de signos e lugar de inscrição da sociedade.

Disciplina: Direito Empresarial	Código: 4012
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Dominar o conhecimento do Direito e a prática profissional no ramo Empresarial, no exercício da advocacia judiciária ou administrativa e atividades afins.

Objetivos Específicos:

Identificar o Direito Comercial atual e a razão do seu estudo.

Relacionar o conteúdo disciplinar com os demais ramos do Direito.

Analisar julgados atuais sobre o assunto ministrado.

Enfatizar a atualidade do assunto em face da doutrina e jurisprudência.

Apreender as bases jurídicas que sustentam a atuação empresarial contemporânea no Brasil.

Ementa:

Origem do Direito Comercial. Fontes. Evolução Histórico-Legislativa. Dos Atos de Comércio à Teoria da Empresa. Relação Jurídico-Empresarial. Identificação do Sujeito do Direito de Empresa. Requisitos e capacidade para o exercício da empresa. Obrigações comuns aos Empresários. Formação e Proteção do Estabelecimento Empresarial. Tutela dos Bens do Empresário. Locação e o Ponto Empresarial. Propriedade Industrial. Formação do Nome Empresarial e o Nome do Estabelecimento.

Conteúdo:

Unidade I Introdução ao Direito Empresarial

1.1 Origem histórica comércio;

1.2 Evolução Histórica do Direito Comercial: Das Corporações de Ofício às Empresas ;

1.3 A Teoria da Empresa no Direito brasileiro;

1.4 Tratamento legislativo da atividade empresarial no Brasil

Unidade II Relação Jurídico-Empresarial;

2.1 Identificação do Sujeito do Direito de Empresa;

2.2 Princípios do Direito Empresarial

Unidade III Das obrigações do empresário

3.1 – Dos registros de empresa: O DNRC e as Juntas Comerciais

3.2 – Da contabilidade empresarial: os livros comerciais e o Sistema de Protocolo Eletrônico de Dados

(SPED)

3.3 – Dos balanços patrimoniais da Empresa

Unidade IV Nome Comercial

4.1 – Espécies empresárias e constituição do nome empresarial

4.2 Proteção do nome empresarial

4.3 Título do estabelecimento

Unidade V – Do Estabelecimento Comercial

5.1- Conceito e caracterização

5.2 – Proteção e trespasse do Estabelecimento comercial

5.3 - Proteção da propriedade intelectual: marcas e patentes

Unidade VI – O Empresário Individual

6.1 – Caracterização e exceções na lei civil

6.2 - Capacidade para o exercício da empresa;

6.3 – Sociedade entre Cônjuges

6.4 - O Microempreendedor individual (MEI)

6.5 - O Empresário Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)

Disciplina: Direito Constitucional II	Código: 1915
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Estudar a organização do Estado brasileiro e os aspectos inerentes à separação de poderes.

Objetivos Específicos:

Avaliar os mecanismos jurídicos de controle de constitucionalidade.

Estudar o arcabouço de normas constitucionais que organizam o Estado brasileiro

Ementa:

Organização do Estado. Repartição de Competências. Controle de Constitucionalidade

Conteúdo:

Unidade I A organização do Estado:

Os tipos de Estado;

A Federação Brasileira;

Componentes do Estado Federal

A União,

Os Estados-Membros,

O Distrito Federal,

Os Municípios;

Territórios

A distribuição de competências no Estado Federado;

Os bens dos Entes da Federação.

Unidade II - As funções essenciais à justiça

2.1 O Ministério Público,

2.2 A Advocacia da União, dos Estados e Municípios,

2.3 A Defensoria Pública,

2.4 A Advocacia.

Unidade III – Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas

3.1 Estado de Defesa

3.2 Estado de Sítio,

3.3 Forças Armadas,

3.4 Segurança Pública.

Unidade IV Controle de Constitucionalidade:

4.1 Bloco de Constitucionalidade

4.2 – Controle de Constitucionalidade difuso

4.3 – Súmula Vinculante

4.4 – Controle de Constitucionalidade concentrado

4.5 – Ação Direta de Inconstitucionalidade

4.6 – Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão

4.7 – Ação Direta de Inconstitucionalidade interventiva

4.8 – Ação Declaratória de Constitucionalidade

4.9 – Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

Disciplina: Teoria Geral do Processo	Código: 1916
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Compreender os institutos fundamentais do processo através do estudo de sua trilogia estrutural, criando pensamento interdisciplinar entre os conceitos genéricos da Teoria Geral do Processo e os diversos ramos do direito processual jurisdicional: civil, penal e trabalhista.

Objetivos Específicos:

Compreender, pela análise dos princípios fundamentais, que o processo não é mero instrumento técnico para o cumprimento formal dos preceitos jurídico-substanciais, mas um instrumento ético de participação política, de afirmação da liberdade e preservação da igualdade entre os homens.

Compreender a Teoria Geral do Processo ante as recentes configurações impostas pela ordem constitucional brasileira de 1988, uma vez que inegável o paralelo existente entre a disciplina do processo e o regime constitucional em que se desenvolve.

Compreender a atividade jurisdicional no contexto dos conflitos interindividuais e dos variados mecanismos com que a sociedade reage a eles, na busca de sua eliminação, com especial destaque às soluções alternativas de tais conflitos.

Compreender “ação e processo” como conceitos distintos, dotados de pressupostos e características que os particularizam e ao mesmo tempo os torna inseparáveis no desenvolvimento do fenômeno processual.

Ementa:

Noções preliminares: introdução à Teoria Geral do Processo; direito substancial e direito processual; processo e Constituição; princípios gerais do direito processual. Da jurisdição: conceitos e princípios fundamentais; espécies de jurisdição; Organização Judiciária; competência; modificação da competência. Da ação: direito à prestação jurisdicional; condições para o exercício do direito de ação; classificação das ações; a defesa do réu. Do processo: natureza jurídica do processo; a relação processual; composição subjetiva do processo; a Advocacia; o Ministério Público.

Conteúdo:

UNIDADE I – INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DO PROCESSO

1.1 Noções preliminares

1.2 Formas de resolução dos conflitos sociais

1.3 Definição, objeto e função da Teoria Geral do Processo

1.4 Trilogia estrutural do direito processual: jurisdição, ação e processo.

1.5 Direito substancial e direito processual

1.6 Processo e Constituição

1.7 Princípios gerais do direito processual

1.7.1 Igualdade;

1.7.2 Contraditório e da ampla defesa;

1.7.3 Juiz natural;

1.7.4 Imparcialidade do juiz;

1.7.5 Motivação das decisões judiciais;

1.7.6 Publicidade;

1.7.7 Duplo grau de jurisdição

1.7.8 Devido processo legal (due process of law).

1.8 Normas fundamentais do processo civil

1.9 Aplicação das normas processuais

UNIDADE II – DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

2.1 Conceito de jurisdição e caráter substitutivo da jurisdição;

2.2 Escopo jurídico de atuação do direito;

2.3 Princípios fundamentais da jurisdição;

2.4 Limites da jurisdição nacional

2.5 Espécies de jurisdição: Unidade ou pluralidade de jurisdições

2.6 Classificações da jurisdição

2.7 Estrutura do Poder Judiciário e organização judiciária;

2.8 Competência: Definição e critérios determinativos.

2.9 Modificação da competência: Competência absoluta e relativa;

2.10 Causas de modificação da competência: legais, voluntárias e prorrogação;

2.11 Formas de impugnação da incompetência;

2.12 Conflitos de competências; Prevenção; Perpetuação da jurisdição.

UNIDADE III – DA AÇÃO

3.1 Direito à prestação jurisdicional:

3.2 Definição de ação; Origem histórica da ação; Natureza jurídica da ação; 3.3 Condições para o exercício do direito de ação; 3.4 Classificação das ações civis e penais 3.5 A defesa do réu: contestação, exceção e reconvenção. UNIDADE IV – DO PROCESSO 4.1Natureza jurídica do processo 4.2 A relação processual e suas características 4.3 Autonomia e conteúdo da relação processual 4.4 Pressupostos da relação processual: existência e desenvolvimento válido 4.5 Composição subjetiva do processo: conceito, generalidades e princípios; 4.6 Pluralidade de partes, ativa e passiva 4.7 Litisconsórcio e intervenção de terceiros; 4.8 Substituição processual e representação. 4.9 A Advocacia: Advogado e capacidade postulatória; 4.9 Natureza da advocacia; A OAB e seu Estatuto (Lei nº 8.906/94); 4.10 Advocacia Publica e Defensoria Pública. 4.11 O Ministério Público.

Disciplina: Direito Civil II	Código: 1917
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Conceituar, conhecer e interpretar o direito das obrigações, conforme o Código Civil Brasileiro.

Objetivos Específicos:

Desenvolver a compreensão fundamental do direito obrigacional no campo jurídico bem como de sua estrutura.

Identificar, na primeira parte do estudo, uma visão geral do Direito Obrigacional, sob o prisma de sua história, fases, evolução e influências até hoje presentes em nosso cotidiano.

Entender a teoria geral das obrigações a partir de uma visão global do complexo de normas jurídicas disciplinadoras das relações atuais.

Proceder a uma minuciosa dos institutos que compõem a Parte Geral das Obrigações, realizando estudo comparado e completo do Código Civil de 2.002, bem como das novas tendências da sociedade de nossos dias.

Reconhecer as questões de profundidade teórica e prática, quando assim exige o instituto estudado.

Ementa:

Introdução ao Direito das Obrigações. Fontes e Classificação das obrigações. Efeitos das obrigações. Do Pagamento. Inadimplemento das Obrigações. Transmissão das Obrigações. Extinção das Obrigações.

Conteúdo:

Unidade I – Introdução ao Direito das Obrigações

Definição de obrigação

Estrutura da obrigação: débito e responsabilidade

Fontes das obrigações

A Teoria da Aparência no Direito Obrigacional

Unidade II - Classificação das obrigações

2.1 obrigação de dar e restituir coisa certa

2.2 obrigação de dar coisa incerta

2.3 obrigação de fazer

2.4 obrigação de não fazer

2.5 obrigações divisíveis e indivisíveis

2.6 obrigações solidárias e obrigações in solidum

2.6.1 solidariedade ativa

2.6.2 solidariedade passiva

2.7 obrigação subsidiária

2.8 obrigação alternativa e cumulativa

2.9 obrigação principal e acessória

2.10 obrigações de meio e de resultado

2.11 obrigações líquidas e ilíquidas

2.12 obrigações simples e complexas

2.13 obrigações fungíveis e infungíveis

2.14 obrigação natural

Unidade III - Do adimplemento da obrigação: pagamento

3.1 A execução voluntária da obrigação

3.2 Do pagamento

3.3 Lugar do pagamento

3.4 Tempo do pagamento

3.5 Prova do pagamento

3.6 Pagamento por consignação

3.7 Pagamento com sub-rogação

3.8 Imputação do pagamento

3.9 Dação em pagamento

3.10 Pagamento indevido

3.10.1 Do enriquecimento sem causa

3.10.2 Da repetição do pagamento

3.10.3 Da retenção do pagamento indevido

Unidade IV – Do inadimplemento das obrigações

4.1 O descumprimento da obrigação, absoluto e relativo

4.2 O dolo e culpa e a responsabilidade civil

4.3 Da inimputabilidade por caso fortuito e força maior

4.4 Da exoneração convencional: cláusula de não indenizar

4.5 Da mora: conceito, purgação da mora, constituição em mora e cessação.

4.6 Das perdas e danos

4.7 Dos juros legais e correção monetária

4.8 Da cláusula penal

4.9 Das arras ou sinal

Unidade V Extinção das obrigações: outras modalidades

5.1 Novação

5.2 Compensação

5.3 Transação

5.4 Confusão

5.5 Remissão

Unidade VI Transmissão das obrigações

6.1 Da cessão de crédito

6.2 Da assunção de dívida

Disciplina: Direito Penal I	Código: 1918
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Compreender os conceitos fundamentais da Teoria do Crime, mormente quanto aos parâmetros adotados no direito brasileiro; bem como os princípios da teoria geral das penas; cominação e aplicação das penas.

Objetivos Específicos:

Compreender a história do Direito Penal;

Compreender os conceitos que norteiam o Direito Penal no tempo e no espaço;

Analisar e compreender o conteúdo parcial da Parte Geral do Código Penal, sob o prisma da Teoria do Crime

Ementa:

Fundamentos Históricos do Direito Penal. Lei Penal no tempo e no espaço. Teoria Geral do Crime.

Conteúdo:

Unidade I Introdução ao Direito Penal

Fundamentos históricos do Direito Penal

Conceito e características do Direito Penal

Princípios do Direito Penal

Doutrinas e Escolas Penais

Fontes do Direito Penal.

Interpretação e Integração da Lei Penal.

Unidade II Da Lei Penal no Tempo e no Espaço

2.1 Princípios da Lei Penal no tempo

2.2 Conflito de leis penais no tempo

2.3 Tempo do crime

2.4 Princípios da lei penal no espaço

2.5 Lugar do crime

2.6 Extraterritorialidade

2.7 Lei penal em relação às pessoas

2.8 Conflito aparente de normas penais

Unidade III Teoria Geral do Crime

3.1 Conceito de Crime

3.2 Classificação das Infrações penais

3.3 A Conduta Punível

3.4 A omissão e suas formas

3.5 Relação de Causalidade

3.6 Tipo e Tipicidade

3.6.1 Tipo do injusto doloso

3.6.2 Tipo de injusto culposo

3.7 A Antijuridicidade e excludentes de ilicitude

3.8 A Culpabilidade e suas excludentes

3.9 Erro de Tipo e erro de proibição

3.10 Crime consumado e crime tentado

3.11 Concurso de Pessoas

Plano de Ensino

5º Período – Curso de Direito

Disciplina: Direito das Sociedades Empresariais	Código: 3474
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 03

Objetivo Geral:

Dominar a teoria geral do Direito Comercial e a prática profissional neste ramo, no exercício da Advocacia e atividades afins.

Objetivos Específicos:

Identificar o Direito Comercial atual e a razão do seu estudo.

Descrever e explicar o conteúdo da disciplina, com enfoque para sua aplicabilidade

Relacionar o conteúdo disciplinar com os demais ramos do direito.

Analisar julgados atuais sobre o assunto ministrado.

Enfatizar a atualidade do assunto em face da doutrina e jurisprudência.

Ementa:

Teoria Geral das Sociedades Empresariais. Origem e histórico. Evolução Legislativa. Classificação e Espécies. Sociedade não personificada. Sociedade personificada. Da sociedade simples. Da sociedade em nome coletivo. Da sociedade em comandita simples.Da sociedade limitada. Da sociedade anônima. Da sociedade em comandita por ações. Da sociedade cooperativa. Das sociedades coligadas. Da transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades.

Conteúdo:

Unidade I - Teoria Geral do Direito Societário;

1.1 Personalidade das Pessoas Jurídicas: o contrato social e seu registro

1.2 Espécies de Sociedades;

1.3 Classificação das sociedades;

1.4 Constituição das sociedades;

1.5 Dissolução das sociedades;

1.6 Teoria da Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica

1.7 Sociedades não personificadas

Unidade II - Sociedade Simples

2.1 características e regulamento legal

2.2 direitos e deveres dos sócios

2.3 administração e deliberações da sociedade simples

2.4 responsabilidade dos sócios e administradores

2.5 exclusão e direito de retirada dos sócios

2.6 extinção da sociedade simples

Unidade III – A Sociedade Por Cotas de Responsabilidade Limitada

3.1 características e regulamento legal da limitada

3.2 direitos e deveres dos sócios

3.3 administração e deliberações e Conselho Fiscal da sociedade ltda

3.4 responsabilidade dos sócios e administradores

3.5 exclusão e direito de retirada dos sócios

3.6 extinção da sociedade ltda

Unidade IV - Sociedades Anônimas

4.1 Natureza, Classificação e Capital Social,

4.2 Valores Mobiliários e Constituição da sociedade anônima,

4.3 O acionista e as espécies de ações

4.4 Órgãos Sociais e administração da SA

4.5 Assembleias Societárias: AGO e AGE

4.6 Demonstrações e Resultados financeiros

4.7 Sociedades Coligadas, Controladoras e Controladas, Subsidiária Integral

Unidade V - Operações Societárias e Direitos dos Credores

5.1 Transformação

5.2 Incorporação

5.3 Fusão

5.4 Cisão societária 5.6 Consórcios e grupos de sociedades Unidade VI – Outras espécies societárias 6.1 Sociedade em Comandita por Ações 6.2 Sociedade em Comandita Simples 6.3 Sociedade cooperativa

Disciplina: Direito Constitucional III	Código: 2697
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 04

Objetivo Geral:

Conhecer a organização dos Poderes no âmbito constitucional, bem como o delineamento da Ordem Econômica, Financeira e Social na Carta Magna.

Objetivos Específicos:

Compreender a Administração Pública e a divisão de Poderes na CF/88

Estudar a ordem econômica, financeira e social na CF/88

Ementa:

Organização dos Poderes. Composição e competência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Processo Legislativo e a atividade de fiscalização. Estrutura e atribuições do Poder Judiciário. Competência do Poder Executivo. Tributação, Orçamento . Ordem Econômica e Financeira e Social.

Conteúdo:

Unidade I - Do Poder Executivo:

1.1 O Poder Executivo Federal: Presidência da República

1.1.1 – Eleição, posse, substituição, sucessão

1.1.2 – Responsabilidades, atribuições

1.1.3 – Medidas Provisórias e decreto presidencial

1.2. – Vice-presidência da República

1.3 - Ministros de Estado

1.4 – Conselho da República

1.5 – Conselho de Defesa Nacional

1.6 - O Poder Executivo estadual e municipal.

Unidade II - Do Poder Judiciário.

2.1 Organograma do Poder Judiciário,

2.2 Regra do Quinto Constitucional

2.3 Garantias constitucionais dos juízes;

2.4 O Supremo Tribunal Federal

2.5 O Conselho Nacional de Justiça

2.6 O Superior tribunal de Justiça

2.7 A Justiça Federal

2.8 A Justiça Estadual

2.9 A Justiça do Trabalho

2.10 A Justiça Militar

2.11 A Justiça Eleitoral

2.12 Das Funções Essenciais à Justiça

Unidade III - Do Poder Legislativo

3.1 – O Legislativo Federal: o Congresso Nacional

3.1.1 - O Senado Federal

3.1.2 - A Câmara dos Deputados

3.1.3 – As Comissões

3.1.3.1 – A Comissão Parlamentar de Inquérito

3.1.4 – Notas sobre o processo legislativo ordinário

3.1.5 – Leis Complementares

3.1.6 – Emendas Constitucionais

3.2 – O Legislativo estadual e municipal

Unidade IV – Da Tributação e do Orçamento

Unidade V – Da Ordem Econômica e Financeira

Unidade VI – Da Ordem Social

Disciplina: Direito Processual Civil I	Código: 1921
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Compreender em base teórica os institutos introdutórios do processo de conhecimento e do procedimento ordinário, desenvolvendo pensamento crítico acerca dos novos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais, numa busca constante pela identificação das causas e soluções para os problemas encontrados pelo jurisdicionado ao buscar junto ao Estado a tutela de seus interesses.

Objetivos Específicos:

Compreender a ação como direito público subjetivo, suscetível de condições específicas para seu exercício

Desenvolver capacidade de identificar as particularidades referentes à composição subjetiva do processo, mormente as questões envolvendo litisconsórcio e intervenção de terceiros, institutos que não trazem facilidade prática e exigem rigor de tratamento.

Compreender que o exercício da jurisdição está condicionado às regras de competência interna e internacional

Compreender o processo como conjunto complexo de atos processuais que se desenvolvem no tempo, em regras previamente estabelecidas pela legislação processual e, portanto, dotado de dinamicidade constante, com marcos inicial (formação) e final (extinção).

Compreender que o procedimento ordinário brasileiro vem dividido pela doutrina tradicional em fases lógicas (postulatória, instrutória e decisória),

Desenvolver capacidade para elaboração de petições iniciais ;

Compreender as diversas possibilidades à disposição do réu para exercício de seu direito de defesa ;

Compreender o instituto da revelia em seus principais aspectos;.

Ementa:

Jurisdição. Ação. Condições da ação. Classificação das ações. Competência. Das partes e dos procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de Terceiros. Dos juízes. Dos atos processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo.

Conteúdo:

UNIDADE 1. INTRODUÇÃO

1.1 Jurisdição, prestação jurisdicional, tutela jurisdicional,

1.2 Conflito de interesse, lide, causa,

1.3 Acesso à justiça

1.4 Processo e procedimento

1.5 Jurisdição. Conceito e características. Princípios. Poderes intrínsecos. Espécies de Jurisdição. Organização Judiciária brasileira

UNIDADE 2. AÇÃO

2.1 Conceito.

2.2 Natureza jurídica.

2.3 Elementos identificadores: partes, pedido e causa de pedir.

2.4 Condições da ação. Interesse processual.

2.5 Legitimidade de partes. Possibilidade jurídica do pedido (extinta).

2.6 Ausência de condições para o exercício do direito de ação.

UNIDADE 3. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES

3.1 Classificação das ações quanto à providência jurisdicional.

3.2 Ações de conhecimento ou cognitiva. Ações meramente declaratórias. Ações condenatórias. Ações constitutivas.

3.3 Ações de execução.

3.4 Tutela Provisória. Tutela de Urgência. Tutela Antecipada. Tutela Cautelar. Tutela de Evidência. 3.5 Outras classificações.

3.6 Concurso e cumulação de ações.

UNIDADE 4. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

4.1 Limite da Jurisdição nacional

4.2 Cooperação internacional

4.3 Critérios para determinação da competência

4.4 Competência em razão do valor da causa

4.5 Competência em razão da matéria

4.6 Competência funcional

4.7 Competência territorial

4.8 Modificação da competência

4.9 Declaração de incompetência

4.10 Conflito de competência

4.11 Cooperação nacional

UNIDADE 5. DAS PARTES E DOS PROCURADORES.

4.1 Partes.

4.2 Substituição processual.

4.3 Capacidade processual.

4.4 Representação das pessoas jurídicas.

4.5 Irregularidade de representação.

4.6 Deveres das partes.

4.7 Deveres dos procuradores.

4.8 Sucumbência.

4.9 Gratuidade de justiça

4.10 Substituição das partes e procuradores.

UNIDADE 6. DOS JUIZES E AUXILIARES

6.1 Poderes e deveres

6.2 Impedimentos e suspeição

6.3 Auxiliares da justiça. Escrivão. Oficial de Justiça. Perito. Depositário. Administrador. Intérprete. Conciliadores e Mediadores.

UNIDADE 7. DOS DEMAIS SUJEITOS DO PROCESSO

7.1 Do Ministério Público

7.2 Da Advocacia Pública

7.3 Da Defensoria Pública

UNIDADE 8. LITISCONSÓRCIO

8.1 Conceito e disposições gerais

8.2 Justificativa

8.3 Classificação

8.4 Litisconsórcio facultativo e necessário

8.5 Limitação do litisconsórcio facultativo

UNIDADE 9. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

9.1 Noções gerais

9.2 Assistência simples e litisconsorcial

9.3 Denunciação da lide

9.4 Chamamento ao processo

9.5 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica

9.6 Do amicus curiae

UNIDADE 10. DOS ATOS PROCESSUAIS

10.1 Conceito

10.2 Classificação

10.3 Da forma dos atos processuais

10.4 Atos das partes, do juiz e dos auxiliares da justiça

10.5 Do tempo e lugar dos atos processuais

10.6 Dos prazos

10.7 Da comunicação dos atos processuais

10.8 Das nulidades

10.9 Distribuição e Registro

10.10 Valor da Causa

UNIDADE 11. DA FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

11.1 Noções gerais

11.2 A relação jurídica processual

11.3 Pressupostos processuais

11.4 Objeto litigioso do processo

11.5 Formação do processo e inalterabilidade do pedido

11.6 Da suspensão do processo

11.7 Da extinção do processo

11.8 Extinção sem julgamento do mérito

11.9 Extinção com julgamento do mérito

Disciplina: Direito Civil III	Código: 1922
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Analisar, de forma sistemática, a teoria geral dos contratos, e sua constante permeabilização com as novas correntes do pensamento científico, bem como, adquirir uma base conceitual para a compreensão dos contratos em espécie e interpretar as questões inerentes à efetiva aplicação da pluralidade de figuras contratuais.

Objetivos Específicos:

Adquirir a base conceitual e principiológica que compõe a teoria geral dos contratos, e que servirá como fundamento para a perfeita caracterização dos contratos em espécie.

Conhecer cada figura contratual, permitindo a compreensão de suas particularidades, elementos característicos, requisitos, oportunidades de aplicação, limites.

Ementa:

Dos Contratos em Geral; Classificação dos Contratos; A Renovação da Teoria Contratual; Princípios Contratuais; Formação do vinculo contratual; Revisão dos Contratos; Extinção dos Contratos; Contratos em Espécie

Conteúdo:

Unidade 1. Introdução à Teoria Geral dos Contratos

1.1. Conceito de contrato

1.2. Requisitos de validade:

1.2.1. Objetivos

1.2.2. Subjetivos

1.2.3. Formais

1.3. Formação do contrato:

1.3.1. Elementos indispensáveis

1.3.2. Fases da formação do vínculo contratual

1.3.3. Local da celebração

1.3.4. Direito de arrependimento

1.3.5. Proibição do pacto sucessório

1.4. Forma e prova dos contratos

1.5. Interpretação dos contratos

1.6. Impossibilidade da prestação

Unidade 2. Classificação do Contratos

2.1. Diversidade de critérios para a classificação dos contratos

2.2. Contratos unilaterais e bilaterais

2.3. Contratos onerosos e gratuitos

2.4. Contratos comutativos e aleatórios

2.5. Contratos paritários e contratos por adesão

2.6. Contratos consensuais, solenes e reais

2.7. Contratos nominados e inominados

2.8. Contratos de execução imediata e contratos de execução continuada

2.9. Contratos principais e acessórios

2.10. Contratos civis e comerciais

2.11. Contratos de consumo

2.12. Contrato eletrônico

Unidade 3. A Renovação da Teoria Contratual

3.1. A concepção tradicional de contrato

3.2. Crise da teoria contratual clássica

3.3. A nova concepção de contrato e o Código de Defesa do Consumidor

Unidade 4. Princípios Contratuais

4.1. As mutações principiológicas dos contratos: aspectos gerais

4.2. Princípio do consensualismo

4.3. Princípio da autonomia da vontade

4.4. Princípio da igualdade

4.5. Princípio da obrigatoriedade

4.6. Princípio da intangibilidade

4.7. Princípio da inalterabilidade

4.8. Princípio da relatividade dos efeitos contratuais : promessa de fato de terceiro, estipulação em favor de terceiro

4.9. Princípio da boa-fé

Unidade 5. A Revisão dos Contratos

5.1. A cláusula "rebus sic stantibus"

5.2. A teoria da imprevisão e seus pressupostos de aplicação

5.3. A regulamentação legislativa da teoria da imprevisão

5.4. A onerosidade excessiva e a autorização excepcional de modificação de cláusulas pelo CDC

5.5. A aplicação da teoria da imprevisão pela jurisprudência

Unidade 6. Contratos Bilaterais

6.1. Exceção do contrato não cumprido

6.2. Distrato

6.3. Arras

6.3.1. Confirmatórias

6.3.2. Penitenciais

6.4. Estipulação em favor de terceiro

6.5. Vícios redibitórios

6.5.1. Ações edilícias

6.5.2. Prazos do Código Civil

6.5.3. Prazos de decadência e prescrição no Código do Consumidor

6.6. Evicção

6.6.1. Evicção e denunciação da lide

Unidade 7. Extinção dos Contratos

7.1. Resolução

7.2. Resilição

7.3. Rescisão

7.4 Cessação

7.5 Nulidade e Anulação

Unidade 8. Contratos em Espécie

8.1. Compra e venda

8.2. Compromisso de compra e venda

8.3. Doação

8.4 Troca

8.4 Locação

8.5 Empréstimo (Comodato e Mútuo)

8.6 Depósito

8.7 Prestação de Serviços

8.8 Mandato

8.9 Seguro

8.10 Transporte

8.11 Fiança

Disciplina: Direito Penal II	Código: 1924
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Compreender e aplicar os conceitos fundamentais da Teoria da Pena e da punibilidade, mormente quanto aos parâmetros adotados no direito brasileiro.

Objetivos Específicos:

Compreender as teorias da pena, suas características, espécies, e aplicação da pena.

Analisar a reincidência e o concurso de crimes.

Compreender os institutos: medida de segurança, suspensão condicional da pena e livramento condicional.

Compreender os efeitos da condenação, reabilitação, ação penal e causas de extinção da punibilidade.

Ementa:

Teoria Geral das Penas; cominação e aplicação das penas; concurso de crimes; condenação e reabilitação; medidas de segurança; ação penal; extinção da punibilidade.

Conteúdo:

Unidade I História e Evolução das Penas

1.1 A Antiguidade

1.2 A Idade Média

1.3 A Idade Moderna

1.4 A Idade Contemporânea

1.5 Finalidade e classificação das penas

Unidade II Penas Privativas de Liberdade

2.1 Reclusão e detenção

2.2 Regimes penais

2.3 Regime inicial de cumprimento da pena

2.4 Prisão domiciliar

2.5 Progressão e regressão

2.6 Exame criminológico

2.7 Trabalho e detração penal

2.8 Remição

2.9 Regime disciplinar diferenciado

Unidade III Penas Restritivas de Direitos

3.1 Conceito e características

3.2 Requisitos para substituição de penas

3.3 Espécies de penas restritivas de direitos

3.4 Penas restritivas como incidente de execução

3.5 Conversão das penas restritivas de direito

3.6 Crimes hediondos e a Lei 9714/98

3.7 Limites das penas restritivas e suspensão condicional do processo

3.8 Leis 9099/95, 9503/97 e 9605/98: aplicação da pena substitutiva

3.9 Outras penas alternativas

Unidade IV Penas Pecuniárias

4.1 Origem, conceito e espécies

4.2 O sistema dias-multa

4.3 Pena de Multa: natureza, fixação, correção monetária, parcelamento, execução.

Unidade V Aplicação da pena: dosimetria

5.1 Individualização da pena

5.2 Circunstâncias e elementares do crime

5.3 Circunstâncias judiciais

5.4 Atenuantes e agravantes

5.6 Causas de aumento e diminuição da pena

5.7 Dosimetria da pena: fixação da pena-base, pena provisória, pena definitiva

5.8 Reincidência

Unidade VI Concurso de crimes

6.1 Sistemas de aplicação da pena

6.2 Concurso Material

6.3 Concurso Formal

6.4 Crime continuado

6.5 Dosimetria da pena no concurso de crimes

6.6 Aberratio ictus e resultado diverso do pretendido

6.7 Limite de cumprimento da pena de prisão

Unidade VII Temas de Teoria Geral da Pena

7.1 Transação Penal

7.2 Suspensão condicional do processo

7.3 Suspensão condicional da pena

7.4 Livramento condicional

7.5 Efeitos da condenação e Reabilitação.

7.6 Medida de Segurança: espécies, princípios, pressupostos, direitos do internado.

7.7 Ação Penal: espécies, irretratabilidade da representação, decadência, renúncia, perdão.

7.8 Extinção da punibilidade: espécies, causas.

7.9 Prescrição da pretensão punitiva e executória

Plano de Ensino

6º Período – Curso de Direito

Disciplina: Direito Econômico	Código: 2876
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 04

Objetivo Geral:

Analisar as normas de política econômica consagradas na Ordem Econômica Constitucional e legislação infraconstitucional brasileira.

Objetivos Específicos:

Conhecer a abordagem histórica e sistêmica do Direito Econômico.

Compreender e analisar os comentários e interpretações da Ordem Econômica da Constituição e legislação relacionada.

Compreender e analisar os comentários e interpretação da Legislação de defesa da Ordem Econômica.

Ementa:

Delineamentos históricos e sistemáticos do direito econômico. Os princípios da ordem econômica constitucional. Comentários à ordem econômica constitucional. Legislação de defesa da ordem econômica.

Conteúdo:

Unidade I. Introdução ao Direito Econômico

Conceito de Direito Econômico e Concorrencial

Fontes do Direito Econômico

Principais normas sobre Direito Econômico no Brasil

Evolução histórica do Direito Econômico;

Direito Econômico e as relações com disciplinas afins.

Proteção internacional à ordem econômica

Unidade II. A Ordem Econômica e seus Princípios na Constituição Federal

2.1 Valorização do Trabalho Humano

2.2 Livre iniciativa

2.3 Dignidade da pessoa humana

2.4 Justiça Social

2.5 Soberania nacional

2.6 Propriedade privada

2.7 Livre concorrência

2.8 Defesa do consumidor

2.9 Defesa do Meio Ambiente

2.10 Redução das desigualdades sociais e regionais

2.11 Pleno emprego

2.12 Abuso do poder econômico

2.13 Regulação da atividade econômica pelo Estado

2.14 Cooperativismo

2.15 A Empresa de Pequeno Porte, a Microempresa e o Micro-empreendedor individual

Unidade III Normas especiais sobre Direito Econômico

3.1 A Lei Antitruste: finalidade da Lei 8884/94

3.2 Da territorialidade

3.3 Do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE)

3.4 Controle da Concentração Econômica

3.5 Execução Judicial das decisões do CADE

3.6 Lei 8137/90 e as infrações a ordem econômica

Disciplina: Direito Civil IV	Código: 1927
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Conhecer, de forma sistemática, o Direito das Coisas, não só sob o aspecto dogmático que lhe confere o Código Civil, leis esparsas e especiais, mas também a partir de soluções encontradas pela jurisprudência na sua aplicação.

Objetivos Específicos:

Desenvolver a compreensão fundamental da teoria da posse, bem como oferecer visão global do complexo de normas jurídicas disciplinadoras das relações jurídicas concernentes à posse ao direito real pleno, que abrange a propriedade.

Identificar, na primeira parte do estudo, uma visão geral dos direitos reais, sob o prisma de sua história, fases, evolução e influências até hoje presentes em nosso cotidiano, procurando desta forma, facilitar o entendimento da matéria.

Entender a parte geral das relações possessórias e os princípios gerais da propriedade sob uma feição nitidamente didática, tendo um único objetivo, proporcionar uma visão global do complexo de normas jurídicas disciplinadoras das relações atuais.

Ocupar-se dos institutos próprios dos Direitos Reais, analisando-os minuciosamente, realizando estudo comparado e completo do Código Civil de 2002, bem como as novas tendências da sociedade.

Ementa:

Introdução aos Direitos Reais. Posse e propriedade. Direitos reais sobre coisa alheia.

Conteúdo:

Unidade I Introdução ao Direito das Coisas

Conceito de direito real

Características dos direitos reais

Distinção entre direitos reais e direitos pessoais

Unidade II Da posse

2.1 Evolução doutrinária acerca da natureza jurídica da posse

2.2 Classificação da posse e efeitos práticos

2.3 Aquisição, conservação, transmissão e perda da posse

2.4 Dos efeitos da posse

2.5 Função social da posse

Unidade III Da propriedade

3.1 Aspectos sociais e históricos da propriedade

3.2 Direitos constitutivos da noção de propriedade plena

3.3 Aquisição e perda da propriedade imóvel

3.4 Aquisição e perda da propriedade móvel

3.5 Usucapião: espécies, requisitos, prazos e ações

3.6 Propriedade resolúvel: hipóteses legais

3.7 Do Condomínio em geral: antecedentes e natureza; modalidades; direitos e deveres; administração

3.8. Direitos de vizinhança

3.9 Função social da propriedade

Unidade IV Dos Direitos Reais sobre coisas alheias

4.1 Direitos reais de garantia

4.1.1 Penhor

4.1.2 Hipoteca

4.1.3 Anticrese

4.2 Direitos reais de fruição

4.2.1 Usufruto

4.2.1 Uso

4.2.3 Enfiteuse

4.2.4 Servidão

4.2.5 Habitação

4.2.6 Superfície

4.3 Direitos reais de aquisição

Disciplina: Direito Penal III	Código: 1928
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Possibilitar aos acadêmicos a compreensão dos crimes em espécie, a partir de suas elementares normativas, contextualizando a abordagem dos tipos penais com a doutrina e jurisprudência mais atuais

Objetivos Específicos:

Apreender e compreender as características específicas dos principais crimes da Parte Especial do Código Penal;

Compreender a aplicabilidade dos conceitos operacionais da teoria do crime (Parte Geral do Código) aos crimes em espécie;

Desenvolver o espírito crítico-dogmático nos alunos, de maneira que eles se capacitem a raciocinar criticamente de forma autônoma.

Ementa: Crimes contra a pessoa; dos crimes contra o patrimônio; dos crimes contra a dignidade sexual. Família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz e a fé pública. Crimes contra a Administração Pública

Conteúdo:

Unidade I - Crimes contra a pessoa.

Homicídio

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio

Infanticídio

Aborto

Lesões corporais

Periclitação da vida e da saúde

Crimes contra a honra

Crimes contra a liberdade individual

Unidade II – Crimes contra o patrimônio

2.1 Furto

2.2 Roubo

2.3 Extorsão

2.4 Dano

2.5 Apropriação indébita

2.6 Estelionato e outras fraudes

2.7 Receptação

Unidade III – Crimes contra a dignidade sexual

3.1 Estupro

3.2 Violação sexual mediante fraude

3.3 Assédio sexual

3.4 Crimes sexuais contra vulnerável

3.5 Do lenocínio e do tráfico de pessoas para prostituição

3.6 Ultraje público ao pudor

Unidade IV – Crimes contra a família

4.1 Bigamia

4.2 Crimes contra o estado de filiação

4.3 Crimes contra a assistência familiar

4.4 Crimes contra o poder familiar

Unidade V – Crimes contra a incolumidade pública

5.1 Crimes de perigo comum

5.2 Crimes contra a saúde pública

Unidade VI – Crimes contra a paz e a fé públicas

6.1 Incitação ao crime

6.2 Apologia ao crime

6.3 Quadrilha ou bando

6.4 Das Falsidades

Unidade VII – Crimes contra a Administração Pública 7.1 Peculato 7.2 Corrupção e concussão 7.3 Prevaricação 7.4 Resistência, desobediência e desacato 7.5 Tráfico de Influência 7.6 Crimes contra a Administração da Justiça

Disciplina: Direito Processual Civil II	Código: 1929
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Compreender o procedimento ordinário em suas fases postulatória, saneadora e decisória, desenvolvendo capacidade específica para analisar a previsão legislativa referente a tais momentos procedimentais, mas, principalmente, compreender os institutos processuais estudados sob um ponto de vista crítico, analisando as construções doutrinárias e jurisprudenciais em obediência aos princípios constitucionais referentes ao processo.

Objetivos Específicos:

Compreender a fase das providências preliminares não só como necessária ao encerramento da fase postulatória e à preparação do processo para o saneamento, mas sobretudo como momento para verificação pelo magistrado do atendimento ao princípio do contraditório.

Compreender, em momento inicial, a sistemática traçada pelo legislador para, posteriormente, analisar a construção doutrinária relativa ao julgamento conforme o estado do processo, visualizando as diversas possibilidades à disposição dos sujeitos envolvidos na lide.

Desenvolver capacidade para interpretar, de início, as regras atinentes a todas as espécies de provas e, ao final, pormenorizar questões referentes aos meios de prova especificados pelo CPC, bem como os permitidos em direito, pois moralmente legítimos.

Compreender os principais aspectos que envolvem a tutela antecipada, temática das mais recentes no processo civil brasileiro, principalmente os caracteres que a tornaram um modelo que proporciona maior efetividade à função jurisdicional.

Compreender as disposições próprias das audiências de conciliação e instrução e julgamento, capacitando-se a tratá-las como importantes e necessários meios para obtenção da conciliação no direito processual civil moderno.

Compreender as espécies de sentença, seus requisitos, efeitos, e principalmente, os aspectos constitucionais garantistas a serem observados pelo magistrado ao analisar o substrato fático e probante colhido durante a atividade processual.

Desenvolver capacidade de traçar um paralelo entre os procedimentos ordinário e sumário, entendendo a importância crucial deste último para a garantia de uma prestação jurisdicional célere e eficiente.

Ementa:

Do Procedimento Ordinário. Petição Inicial. Resposta do Réu. Fase Saneadora. Das providências preliminares. Do julgamento conforme o estado do processo. Das provas. Da tutela antecipada. Da audiência. Da sentença. Do procedimento sumário.

Conteúdo:

UNIDADE I - DO PROCEDIMENTO COMUM

2.1 Petição Inicial

2.2 Do pedido indeferimento da inicial e improcedência liminar do pedido

2.3 Da Conversão da Ação Individual em Ação Coletiva

2.3.1 Da Audiência de Conciliação ou Mediação

2.4 Da resposta do Réu

2.4.1 Contestação

2.4.2 Exceções

2.4.3 Reconvenção

2.5 Revelia

2.6 Reconhecimento do Pedido

2.7 Fase Saneadora

2.7.1 Providências Preliminares e saneamento do processo

2.7.2 Ação Declaratória Incidental

2.8 Julgamento conforme o estado do processo

2.9 Fase probatória

2.9.1 Ônus da Prova

2.9.2 Modalidades de prova

2.10 Audiência de Instrução e Julgamento

2.11 Fase Decisória

2.11.1 Conceito e noções gerais de sentença

2.11.2 Classificação das Sentenças e seus efeitos

2.11.3 Requisitos da Sentença

2.11.4 Emendas à Sentença

2.11.5 Coisa julgada

2.11.6 Liquidação de Sentença

2.12 Cumprimento de Sentença

UNIDADE II TEORIA GERAL DA TUTELA PROVISÓRIA.

1.1 Conceito e pressupostos das medidas de urgência

1.2 Poder geral de cautela do juiz

1.3 Dos bens jurídicos sob proteção cautelar.

1.4 Disposições processuais gerais.

1.5 Da Tutela de Urgência

1.5.1 Da tutela antecipada requerida em caráter antecedente

1.5.2 Da tutela cautelar requerida em caráter antecedente

1.6 Da Tutela de Evidência

1.7 Eficácia, extinção e modificação da medida de urgência.

1.8 Recursos e tutela provisória.

Disciplina: Tópicos Especiais em Ética	Código: 1930
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivo Geral:

Capacitar o aluno que iniciará a Prática Jurídica no 7 período a compreender os direitos e prerrogativas do advogado, a ética esperada dos profissionais do Direito, bem como todo regramento legal da profissão da advocacia e a do funcionamento da Ordem dos Advogados do Brasil.

Objetivos Específicos:

Estudar o Estatuto da OAB: a Lei 8906/94

Estudar o Código de Ética e Disciplina da OAB

Estudar a Ética das Profissões Jurídicas

Ementa: Direito e Ética. Estatuto da OAB. Código de Ética e Disciplina da OAB. Ética das Profissões Jurídicas.

Conteúdo:

UNIDADE I – Aspectos Gerais da Deontologia Jurídica.

1.1 – Definição de Deontologia Jurídica: Ética e Direito ;

1.2 – Breve histórico da Advocacia e sua evolução profissional;

1.3 – Breve histórico da Ordem dos Advogados do Brasil;

1.4 - A deontologia como uma teoria de valores das profissões jurídicas;

UNIDADE II – Da deontologia jurídica aplicada às profissões.

2.1 - Do compromisso deontológico específico das profissões jurídicas;

2.2 - O Advogado e a ética do advogado;

2.3 - O Promotor de Justiça e a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público;

2.4 - O Juiz de Direito e a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

UNIDADE III – Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.

3.1 - Aspectos Gerais do Estatuto da Advocacia:

3.1.1 Da atividade de advocacia

3.1.2 Dos direitos do advogado

3.1.3 Da inscrição

3.1.4 Das incompatibilidades e impedimentos,

3.1.5 Dos Conselhos Federal e Seccional

3.1.6 Das eleições e do mandato.

3.2 - Código de Ética e Disciplina da OAB:

3.2.1 Regras deontológicas fundamentais

3.2.2 O sigilo profissional

3.2.3A publicidade - O dever de urbanidade.

3.3 - O Processo disciplinar na OAB:

3.3.1 A competência do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB

3.3.2 Procedimentos disciplinares

3.3.3. Sanções disciplinares ao advogado.

UNIDADE IV – Das Relações do advogado com o cliente.

4.1 - Contrato como regulamento de direitos e deveres entre as partes;

4.2 - Contrato como estabelecimento de prestação de serviço profissional e seu acompanhamento pelo cliente; A procuração “ad judicia” e suas peculiaridades.

4.3 - Da vinculação do contrato às condições do ato jurídico perfeito;

4.4 - Do dever de ser claro e transparente ao firmar o contrato de honorários profissionais; Revogação e renúncia do mandato judicial

4.5 - Do foro do contrato;

4.6 - Honorários profissionais.

Disciplina: Teoria Geral da Responsabilidade Civil	Código: 2119
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivo Geral:Analisar, de forma sistemática, a teoria geral da responsabilidade civil, e sua constante permeabilização com as novas correntes do pensamento científico, bem como fornecer instrumental teórico e prático para que o graduando possa avaliar situações concretas de causação de danos, buscando o melhor procedimento para a indenização, seja através da conciliação, da promoção de contencioso judicial ou do recurso a fundos securitários.

Objetivos Específicos:

Conhecer a abordagem histórica e sistêmica da Teoria Geral da Responsabilidade Civil.

Compreender e analisar as novas correntes do pensamento jurídico sobre a reparação de danos no ordenamento jurídico brasileiro.

Compreender e analisar os fatos jurídicos pertinentes a Teoria da Responsabilidade Social e sua aplicabilidade.

Ementa:

Responsabilidade Civil: caracterização, pressupostos, modalidades e excludentes. Responsabilidade civil subjetiva e responsabilidade civil objetiva. Responsabilidade por fato próprio, fato de terceiro, fato de coisa ou animal. Situações especiais de responsabilidade civil. Efeitos cíveis da sentença penal. Responsabilidade Civil e Relação de Consumo e Responsabilidade do Estado.

Conteúdo:

UNIDADE I - DA CARACTERIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

1.1.Introdução à Responsabilidade Civil.

1.2.Ato ilícito, culpa e dolo.

1.3.Responsabilidade Civil: Conceito, etimologia, função, fundamento.

1.4.Esferas da responsabilidade: civil, penal, administrativa e ética.

1.5.Responsabilidade civil objetiva e subjetiva: a evolução do conceito contemporâneo de responsabilidade civil.

UNIDADE II - DA RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA

2.1.Dos pressupostos da responsabilidade civil subjetiva.

2.2.Da culpa lato sensu

2.3.Do dano. Dano moral e dano patrimonial

2.4.Do nexo causal. Da causalidade adequada

2.5.Excludentes da responsabilidade civil subjetiva.

UNIDADE III - DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA

3.1.Dos pressupostos da responsabilidade civil objetiva.

3.2.Do fato antijurídico.

3.3.Da teoria do risco integral.

3.4.Excludentes da responsabilidade civil objetiva.

3.5.Hipóteses de responsabilidade civil objetiva.

UNIDADE IV - SITUAÇÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE CIVIL

4.1.Das singularidades da responsabilidade civil contratual.

4.2.Da responsabilidade civil por fato de outrem.

4.3.Da responsabilidade civil por fato de coisas e animais.

4.4.Efeitos cíveis da sentença penal

UNIDADE V - RESPONSABILIDADE CIVIL E RELAÇÃO DE CONSUMO.

5.1.Responsabilidade pelo fato do serviço e do produto

5.2.Da Responsabilidade Civil Objetiva dos Fornecedores

22.Da Responsabilidade Civil Subjetiva dos Profissionais Liberais

UNIDADE VI – RESPONSABILIDADE DO ESTADO

6.1.Da Responsabilidade Objetiva do Estado por ato de seus agentes

6.2.Da Responsabilidade Subjetiva dos Agentes Públicos

7º Período – Curso de Direito

Disciplina: Direito do Consumidor	Código: 2002/3697
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 04

Objetivo Geral:

Propiciar a pesquisa e análise das ações estatais à tutela dos direitos do consumidor, enquanto modo eficaz de equilibrar as relações de mercado, com ênfase na dogmática e nos mecanismos, trazidos pelo Código de Defesa do Consumidor, ensejadores de acesso mais efetivo à justiça, dentro da nova concepção de tutela de direitos sociais básicos, da esfera individual para o campo supraindividual.

Objetivos Específicos:

Identificar a origem e o processo de defesa do consumidor, inclusive as normas constitucionais.

Analisar e interpretar o regime jurídico do Código de Defesa do Consumidor e os direitos básicos nele constantes.

Identificar e analisar a qualidade dos produtos e serviços e responsabilidade dos fornecedores.

Identificar os aspectos jurídicos da reparação de danos.

Analisar as práticas comerciais e suas implicações jurídicas em face do Código de Defesa do Consumidor.

Identificar a origem e o processo de proteção contratual e a sanções administrativas.

Analisar e interpretar o regime jurídico das infrações penais.

Identificar e analisar os aspectos da defesa do consumidor em juízo e todo o sistema de defesa do consumidor.

Ementa:

A defesa do consumidor e a Constituição Federal. O Código de Defesa do Consumidor: Noções Gerais. Dos Direitos básicos do Consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos. Da responsabilidade dos fornecedores. Práticas comerciais. Proteção Contratual. Sanções administrativas. Infrações Penais. Defesa do consumidor em Juízo. Sistema de defesa do consumidor. Convenção Coletiva de consumo.

Conteúdo:

UNIDADE I – TEORIA GERAL DO DIREITO DO CONSUMIDOR

1.1Histórico do Direito Consumerista.

1.2 Conceitos de: consumidor; fornecedor; produtos e serviços.

1.3 Direitos Básicos do Consumidor: segurança, educação para o consumo; informação; proteção

contratual; indenização; meio ambiente saudável; melhoria dos serviços públicos.

1.4 Princípios Constitucionais e Específicos.

UNIDADE II - RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR

2.1Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço: responsabilidade objetiva; responsabilidade do profissional liberal; do comerciante; exclusão da responsabilidade.

2.2 Responsabilidade por vício do produto e do serviço; tipos de vício; garantia legal e o regime de responsabilização; prazos de reclamação; exclusão da responsabilidade.

UNIDADE III - RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR

3.1Responsabilidade nos serviços públicos.

3.2 Desconsideração da pessoa jurídica.

3.3 Inversão do ônus da Prova.

UNIDADE IV – PRÁTICAS COMERCIAIS

4.1Oferta.

4.2 Publicidade.

4.3Práticas abusivas.

4.4 Proteção contratual e clausulas abusivas.

4.5 Revisão contratual.

UNIDADE V – TUTELA ADMINISTATIVA E PENAL

5.1Sanções administrativas e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

5.2 Tutela penal

5.3 Das infrações penais

UNIDADE VI – TUTELA JURISDICIONAL

6.1Defesa do consumidor em juízo

6.2 Ação civil pública

6.3Ação civil coletiva

6.4Ação de responsabilidade do fornecedor

6.5 Ação popular

6.6 Mandado de segurança coletivo e Habeas data

Disciplina: Direito Civil V	Código: 1933
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Compreender e analisar de forma crítica, os institutos de Direito de Família, bem como os instrumentos normativos afetos à matéria, de modo a consolidar as bases necessárias à visualização das entidades familiares como núcleos de organização social.

Objetivos Específicos:

Visualizar o Direito de Família em um contexto multidisciplinar dentro ordenamento jurídico pátrio.

Analisar, de forma crítica e sistemática, aspectos referentes à constituição, validade, efeitos, e dissolução das entidades familiares, considerando, para tanto, o sistema jurídico clássico e as constantes inovações existentes no pensamento jurídico-científico;

Construir uma base conceitual para a correta compreensão do vínculo existente entre indivíduos pertencentes a uma mesma entidade familiar, bem como das Consequências jurídicas dele advindas.

Despertar o acadêmico para a importância social do planejamento familiar, visto enquanto fator de prevenção dos conflitos sociais advindos da vida em grupo.

Ementa:

Introdução ao Direito de Família; Das relações de parentesco; Do casamento; Da dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial; Da separação e do divórcio; Da união estável; Da filiação; Da adoção; Do poder familiar; Dos alimentos; Da tutela; Da curatela;

Conteúdo:

Unidade I – Introdução ao Direito de Família

1.1 Conceito de Direito de Família;

1.2 Objeto do Direito de Família;

1.3 Especificidades e princípios do Direito de Família.

Unidade II – Das relações de parentesco

2.1Espécies de parentesco;

2.2 Contagem de graus de parentesco

2.3 Efeitos jurídicos do parentesco: direitos e deveres

Unidade III – Do Casamento;

3.1 Natureza jurídica do casamento

3.2 Da capacidade para o casamento

3.3 Da habilitação e celebração do matrimônio

3.4 Da invalidade do casamento: casamento nulo, anulável e putativo

3.4.1 Das causas suspensivas do casamento

3.5 Da prova do casamento

3.6 Efeitos pessoais e patrimoniais do casamento

3.7 Questões controvertidas acerca do casamento

Unidade IV Dos Regimes de Bens entre os Cônjuges

4.1 Conceito e princípios relativos aos regimes de bens

4.2 Do pacto antenupcial

4.3 Da autorização conjugal para a prática de atos jurídicos

4.4 Do regime da comunhão parcial de bens

4.5 Do regime da comunhão universal de bens

4.6 Do regime da participação final nos aquestos

4.7 Do regime da separação total de bens (legal e convencional)

Unidade V - Da separação: a dissolução da sociedade conjugal

5.1 Da separação: judicial e extrajudicial; litigiosa e consensual

5.2 Da separação de fato

5.3 Da separação de corpos

5.4 Da EC 66/2010 e a extinção da separação no Direito brasileiro

Unidade VI – Do divórcio: a dissolução do vínculo matrimonial

6.1 Conceito de divórcio e breve histórico do divórcio no Brasil

6.2 Divórcio judicial e extrajudicial, litigioso e consensual

6.3 Do processo e das cláusulas do divórcio: uso do nome de solteiro, partilha de bens, pensão

alimentícia, guarda e visita dos filhos menores ou incapazes

Unidade VII – Da união estável

7.1 Evolução histórica do instituto: Leis 8.971/94 e 9.278/96

7.2 Configuração da união estável

7.3 Distinções necessárias: namoro e concubinato;

7.4 Direitos e deveres dos companheiros

7.5 Ação de reconhecimento e dissolução de união estável

7.6 União Homoafetiva: histórico e direitos alcançados

Unidade VIII – Da filiação

8.1 Breve histórico acerca da filiação no Direito brasileiro

8.2 Reconhecimento da filiação (voluntário e forçado) e presunção de paternidade

8.3 Da Ação Negatória de Paternidade

8.4 Da Ação Anulatória do Reconhecimento Voluntário de Filho

8.5 Da Ação de Investigação de Paternidade (biológica e sócio-afetiva)

8.6 Da adoção: conceito, efeitos e particularidades na Lei 12.010/09

Unidade IX – Do Poder Familiar ou Parental

9.1 Conceito, histórico e abrangência do poder familiar;

9.2 Relações pessoais e patrimoniais decorrentes do poder parental;

9.3 Suspensão e extinção do pátrio poder

9.4 Da proteção da pessoa dos filhos

Unidade X – Dos alimentos

10.1 Conceito, espécies e abrangência do dever alimentar ;

10.2 Princípios relativos ao direito alimentar;

10.3 Fixação dos alimentos: o binômio necessidade x possibilidade;

10.4 Alimentos provisório e provisionais

10.5 Aspectos processuais do dever alimentar

10.5.1 Ação de alimentos na lei 5478/68

10.5.2 Ação de oferta de alimentos

10.5.3 Ação de execução de alimentos: rito “penhora” e rito “prisão”

10.5.4 Ação revisional de alimentos

10.5.5 Ação de exoneração de alimentos

10.6 Alimentos gravídicos na Lei 11804/08

Unidade XI – Da Tutela

11.1 Conceito e distinções: guarda, tutela e curatela;

11.2 Espécies de tutela;

11.3 Incapacidade para o exercício da tutela;

11.4 Escusa do exercício da tutela;

11.5 Funções do tutor;

11.6 Da responsabilidade do tutor;

11.7 Prestação de contas pelo tutor;

11.8 Cessação da tutela;

Unidade XII – Da Curatela

12.1 Conceito;

12.2 Sujeitos à curatela;

12.3 Processo de interdição;

12.4 Cessação da curatela;

12.5Disposições das tutela aplicáveis à curatela;

12.6 Curatela do nascituro

Disciplina: Direito do Trabalho I	Código: 8501
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 04

Objetivo Geral:

Desenvolver a análise crítica e social das relações de trabalho na realidade sócio-econômica brasileira, a partir do estudo do contexto histórico em que surgiu o Direito do Trabalho e os princípios em que foi cristalizado, bem como as tendências de mudança da legislação.

Objetivos Específicos:

Desenvolver as habilidades de investigação, organização de informações, interpretação, raciocínio, argumentação e senso crítico na análise das questões do direito trabalhista;

Compreender o percurso histórico do direito do trabalho;

Adquirir noções gerais no que tange ao campo do direito trabalhista;

Compreender a analisar criticamente a questão da flexibilização das relações trabalhistas;

Adquirir noções gerais quanto à divisão dos campos de estudo do direito trabalhista.

Ementa:

Histórico do Direito do Trabalho; Noções gerais de direito do trabalho (fontes, princípios); Flexibilização do direito do trabalho; Divisão do Direito do trabalho; Direito Individual do Trabalho; Contrato Individual do Trabalho; Sujeitos do Contrato de Trabalho (empregado, empregador); Alterações das condições do contrato de trabalho; suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

Conteúdo:

Unidade 1– Introdução ao Direito do Trabalho

1.1 Conceito e aplicabilidade do Direito do Trabalho.

1.2 Organização da Justiça do trabalho.

1.3 Direitos sociais no art. 7º da CF/88.

Unidade 2 – Histórico do Direito do Trabalho

Surgimento do trabalho assalariado.

2.3 Noções gerais da história do Direito do Trabalho.

2.4 Breve relato da história do direito do trabalho no brasil.

2.5 Surgimento e promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Unidade 3 – Noções gerais de Direito do Trabalho

Conceito e natureza jurídica.

3.2 Divisão.

3.3 Princípios.

3.4 Fontes.

Unidade 4 – Flexibilização, transação e renúncia dos direitos trabalhistas

Flexibilização

4.2 Transação

4.3 Renúncia.

Unidade 5 – Conceitos e normas gerais do Direito do Trabalho

5.1Relação de trabalho e relação de emprego.

5.2 Conceito de empregado.

5.3 Conceito de empregador.

5.4 Conceito de contrato de trabalho

5.5 Tempo e lugar efetivo do serviço prestado.

5.6 Isonomia e equiparação salarial.

5.7 Exceções de aplicabilidade da CLT – art. 7º

5.8 Trabalhador doméstico (lei nº 5859/72)

5.9 Trabalhador rural (lei nº 5889/73)

5.10 Mudança na estrutura da empresa empregadora - art. 10.

5.11 Sucessão de empresas

5.12 Prescrição dos direitos trabalhistas

Unidade 6 – Tutela do Trabalho

6.1 Carteira de trabalho e previdência social (CTPS)

6.2 Jornada de trabalho

6.3 Salário

6.4 Férias

6.5 Segurança no trabalho

6.6 FGTS

6.7 Tutelas especiais

Unidade 7 – Contrato individual de trabalho

7.1 Espécies

7.2 Duração

7.3 Alterações das condições do contrato de trabalho.

Disciplina: Direito Processual Penal I	Código: 1935
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Estudar a parte geral do Direito Processual Penal, a aplicação das normas e princípios a ele inerentes, bem como a aplicação jurisdicional do Direito Penal através das atividades persecutórias, a estruturação dos órgãos da função jurisdicional e auxiliares. Compreender a competência jurisdicional, o conflito de jurisdição e dominar as exceções processuais e o instituto da prisão e da liberdade provisória.

Objetivos Específicos:

Estudar como ocorre a formação do processo e sua finalidade, bem como noções gerais sobre o direito penal em conformidade com o processo penal.

Estudar os princípios do processo penal.

Avaliar o tema inquérito policial, ação penal, bem como sobre os sujeitos processuais.

Conhecer acerca da jurisdição e competência jurisdicional, e ainda, sobre o conflito de jurisdição.

Compreender sobre as exceções processuais e os outros incidentes processuais.

Ementa:

Noções Gerais. Inquérito Policial. Ação Penal. Jurisdição e Competência Jurisdicional. Sujeitos Processuais. Denúncia e Queixa. Conflito de Jurisdição. Exceções Processuais. Outros Incidentes Processuais. Prova.

Conteúdo:

Unidade I Introdução ao Processo Penal

Aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço

Interpretação e aplicação do Direito Processual Penal

Prazos na lei processual penal

Princípios informadores do processo penal

Terminologia do direito processual penal

Unidade II Inquérito policial

2.1 Conceito, finalidade, características do inquérito policial

2.2 Incomunicabilidade do indiciado

2.3 Notitia Criminis

2.4 Formas de início

2.5 Providências

2.6 Conclusão

2.7 Prazo

Unidade III Ação Penal

3.1 Conceito

3.2 Condições da Ação

3.3 Ação Penal Pública incondicionada

3.4 Ação Penal Pública condicionada

3.5 Ação Penal Privada : modalidades

3.6 Ação civil ex delicto

3.7Sujeitos processuais: Juiz, Ministério Público, Defensor, Advogado, curador, réu, assistente da acusação, auxiliares da justiça

Unidade IV Denúncia e Queixa

4.1 Conceito

4.2 Requisitos

4.3 Causas de rejeição

4.4 Recursos contra rejeição ou recebimento

Unidade V Jurisdição e Competência

5.1 Jurisdição em matéria criminal

5.2 Competência

5.2.1 Critérios para fixação da competência

5.2.2 Conexão e continência

5.2.3 Foro prevalente

5.2.4 Separação de processos

Unidade VI Questões Prejudiciais e Processos Incidentes

6.1 Questões prejudiciais

6.2 Processos Incidentes

6.2.1 Exceções

6.2.2Conflito de jurisdição

6.2.3 Restituição de coisas apreendidas

6.2.4 Medidas Assecuratórias

6.2.5 Incidente de falsidade documental

6.2.6 Incidente de insanidade mental do acusado

Unidade VII A Prova no Processo Criminal

7.1 Objeto de prova

7.2 Ônus da prova

7.3 Sistemas de apreciação da prova

7.4 Prova emprestada

7.5 Liberdade de prova

7.6 Meios de Prova

7.7 Busca e apreensão

Disciplina: Direito Processual Civil III	Código: 1936
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Compreender o sistema recursal brasileiro como estrutura organizada sistematicamente para satisfazer o princípio do duplo grau de jurisdição, princípio implícito em nosso ordenamento, mas que garante ao jurisdicionado – ante as várias espécies recursais à sua disposição – interferir nas decisões dos órgãos jurisdicionais sempre que seus direitos e garantias fundamentais forem desrespeitados. Analisar a nova sistemática da tutela provisória inserida pelo novo Codigo de Processo Civil

Objetivos Específicos:

Compreender que a disciplina do CPC para a declaração de inconstitucionalidade (arts. 480 a 182) difere daquela estabelecida pela CF (art. 103), porquanto legitimados para propositura apenas as partes, o MP e incidentemente o relator do recurso, visando sempre à declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, no âmbito dos interesses em lide.

Compreender a ação rescisória como meio de desconstituição de sentença transitada em julgado, identificando seus pressupostos, hipóteses de cabimento, procedimento e prazos.

Compreender que a temática recursal não pode ser estudada senão através de uma inicial teoria geral dos recursos, oportunidade em que as linhas mestras são traçadas pela doutrina, configurando-se momento adequando à compreensão das disposições legislativas e construção jurisprudencial acerca do tema.

Compreender, para as diversas espécies de recursos, seus pressupostos, prazos, processamento e efeitos, desenvolvendo capacidade de adequá-los a cada caso real sugerido pela vida forense.

Compreender que os recursos para os tribunais superiores (STF e STJ) têm por escopo o reexame tão somente de questões constitucionais ou infraconstitucionais, ou seja, das teses jurídicas federais envolvidas no julgamento impugnado, não se permitindo aos Tribunais a análise de matéria fática ou probante colhida em instâncias inferiores.

Compreender as diversas características práticas e teóricas que tornaram os juizados especiais cíveis um exemplo de celeridade na prestação jurisdicional, sem descuidar, por outro lado, do pensamento crítico envolvendo as questões mais polêmicas que cercam o tema.

Ementa:

Teoria geral dos recursos. Dos recursos em espécie. .

Conteúdo:

UNIDADE I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1.1 Natureza jurídica do recurso.

1.2 Finalidades do recurso

1.3 Atos sujeitos a recurso

1.4 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito

1.5 Pressupostos objetivos do recurso

1.6 Princípios do sistema recursal brasileiro.

1.7 Efeitos dos recursos

1.8 Classificação dos recursos

1.9 Correição parcial.

1.10 Extinção anormal do Recurso

1.11 Ordem dos processos no Tribunal

1.12 Incidentes de Assunção de Competência e Arguição de Inconstitucionalidade

1.13 Conflito de Competência

1.14 Cartas rogatórias e homologação de decisões estrangeiras

1.15 Incidente de resolução de demandas repetitivas

1.16 Reclamação

1.17 Ação Rescisória

UNIDADE II DOS RECURSOS EM ESPÉCIE

2.1 Da Apelação

2.2 Do Agravo de Instrumento e Interno

2.3 Embargos infringentes

2.4 Embargos de Declaração

2.5 Recurso Ordinário

2.6 Recurso Especial

2.7 Recurso Extraordinário

2.8 Embargos de Divergência

2.9 Repercussão geral e multiplicidade de recursos no STF e no STJ

2.10 Súmula Vinculante e súmula impeditiva de recursos

Disciplina: Prática Jurídica I	Código: 1937
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Efetuar o desenvolvimento profissional do graduando em Estágio Curricular Obrigatório, com ênfase na Prática Civil (obrigações, contratos, coisas)

Objetivos Específicos:

Orientar os alunos quanto ao atendimento de clientes e aviamento de demandas judiciais e extrajudiciais

Capacitar o aluno a atuar na área cível, apresentando-lhe casos reais e simulados para o devido encaminhamento jurídico

Habilitar o aluno a redigir e encaminhar peças e petições de natureza cível, conhecendo os documentos necessários à propositura de contenciosos judiciais e extrajudiciais

Habilitar o aluno a manejar os procedimentos legais para implementação de conciliação e mediação, a fim de evitar ou por fim a demandas judiciais

Realizar pesquisar acerca de temas modernos de interesse da prática processual civil

Oferecer leituras, palestras, cinema jurídico acerca dos temas da Prática I

Incentivar o aluno a participar de audiências e fazer acompanhamento de processos reais, introduzindo o aluno no universo forense.

Ementa:

Noções preliminares à Pratica Jurídica. Prática Jurídica Civil com ênfase em Direito das Obrigações, Direito contratual, Direito das Coisas e Responsabilidade Civil.

Conteúdo:

Unidade I NOÇÕES PRELIMINARES

1. Posição do advogado em audiências;

2. Como atender o assistido

3. Conhecer os direitos e deveres do advogado empregado.

4. Conhecer os direitos e deveres dos advogados.

Unidade II ELABORAÇÃO DE PEÇAS JURÍDICAS DIVERSAS (rol exemplificativo)

 Procuração;

 Substabelecimento;

 Contrato de honorários advocatícios;

 Explicação sobre como redigir uma petição e modelo;

 Explicação sobre como redigir uma contestação e modelo;

 Explicação sobre como redigir uma reconvenção e modelo;

 Petição para requerer a gratuidade judiciária;

 Petição de impugnação do requerimento da gratuidade judiciária;

 Petição de renúncia de mandato;

 Impugnação ao valor da causa;

 Petição de emancipação;

 Petição de interdição de loucos, surdos-mudos e pródigos;

 Petição de litisconsórcio necessário e facultativo;

 Petição de assistência;

 Petição de nomeação à autoria;

 Petição de denunciação da lide;

 Petição de chamamento ao processo;

 Petição de exceções;

 Petição de declaração de incidente;

 Elaboração de despacho de saneamento do processo;

 Elaboração de sentença;

 Petição de ação rescisória de sentença.

Unidade III ELABORAÇÃO DE PEÇAS JUDICIÁRIAS SOBRE DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

 Petição de execução para entrega de coisa certa;

 Petição de execução para entrega de coisa incerta;

 .Petição de execução da obrigação de fazer;

 Petição de execução da obrigação de não fazer;

 Petição de execução por quantia certa contra devedor solvente;

 Petição de execução por quantia certa contra devedor insolvente;

. Petição de embargos de devedor;

 Petição de embargos à arrematação;

 Petição de embargos à adjudicação;

 Petição de embargos na execução por carta precatória;

 Petição de remição.

Unidade IV ELABORAÇÃO DE PEÇAS SOBRE DIREITO DAS COISAS

 Petição de ação de manutenção de posse e contestação;

 Petição de ação de reintegração de posse e contestação;

 Petição de ação de interdito proibitório e contestação;

 Petição de embargos de retenção por benfeitorias e contestação;

 Petição de nunciação de obra nova e contestação;

 Petição de sub-rogação de cláusula de inalienabilidade;

 Petição de retificação de registro de imóveis;

 Petições de ações de usucapião e contestações;

 Petição de ação demolitória e contestação;

 Petição de ação de construção de tapume divisório e contestação;

 Petição de ação do proprietário para haver indenização em decorrência de Travejamento em parede divisória e contestação;

 Petição de ação de servidão de água e contestação;

 Petição de ação para aproveitamento de águas comum a todos;

 Petição de ação do vizinho para obrigar o prédio inferior a receber as águas que escoam naturalmente do superior;

Petição de ação de demarcação de terras particulares;

 Petição de divisão e demarcação de terras particulares;

 Petição de alienação do quinhão em coisa comum;

 Petição de extinção de condomínio;

 Petição de adjudicação à maioria das partes da minoria em caso de sinistro;

 Petição de ação reivindicatória e contestação;

 Petição de ação de dano infecto;

 Petição de ação confessória para ser compelido o réu a demolição de obra;

 Petição para rescisão de contrato de promessa de compra e venda de imóvel.

Unidade V APLICABILIDADE DA LEI Nº 9.099/95

1. Execução por título extrajudicial;

2. Ação de cobrança;

3. Ação de ressarcimento de danos,

4. Ação de cobrança de honorários de profissionais liberais.

Unidade VI RECURSOS CIVEIS

1. Agravo

2. Embargos

3. Apelação

4. Recurso Especial

5. Recurso Extraordinário

8º Período – Curso de Direito

Disciplina: Direito Processual Civil IV	Código: 1938
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Compreender os processos de execução e cautelar em toda sua amplitude conceitual – no âmbito de uma teoria geral e no âmbito dos procedimentos específicos – como mecanismo para a busca da prevenção do direito, como responsável pela outorga provisória ou definitiva de segurança para os interesses dos litigantes

Objetivos Específicos:

Compreender o processo cautelar como processo contencioso que exerce função auxiliar e subsidiária, dirigido à segurança e garantia de eficácia das atividades processuais cognitivas e executivas.

Desenvolver capacidade para diferenciar os procedimentos cautelares específicos no âmbito de sua aplicabilidade, compreendendo a sistemática traçada pelo legislador ao elaborar ritos e requisitos especiais próprios a cada procedimento.

Compreender os conceitos basilares que diferenciam a jurisdição contenciosa da jurisdição voluntária, desenvolvendo capacidade de reconhecer o procedimento adequado para cada situação fática surgida na vida acadêmica e profissional. Compreender os procedimentos especiais (de jurisdição voluntária e contenciosa) como espécies do processo de conhecimento, criados pelo legislador pátrio como solução às peculiaridades de certos direitos materiais a serem disputados em juízo.

Ementa:

Teoria Geral do processo de execução. Teoria geral do processo cautelar. Dos procedimentos cautelares específicos. . Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.

Conteúdo:

UNIDADE I TEORIA GERAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

1.1 Conceito de execução e sua natureza jurídica;

1.2 Princípios afetos à execução civil;

1.3 Competência;

1.4 Legitimados;

1.5 Modalidades de Execução

1.6 Do cumprimento de sentença

UNIDADE II TÍTULO EXECUTIVO

2.1 Conceito;

2.2 Classificação;

2.2.1 Título Executivo Judicial;

2.2.2 Título Executivo Extrajudicial;

2.3. Responsabilidade Patrimonial;

2.3.1 Conceito

2.3.2. Diferença entre dívida e responsabilidade

2.3.3. Aspectos controvertidos entre bens presentes e futuros

2.3.4. Fraude contra credores

2.3.5. Fraude contra a execução

2.3.6. Alienação de Bem Penhorado

2.4. Liquidação de sentença;

2.5. Meios coercitivos;

2.6. Conceito;

2.7. Efeitos;

2.8. Avaliação e Hasta pública;

2.9. Pagamento ao exequente

UNIDADE III EXECUÇÕES ESPECÍFICAS

3.1. Disposições Gerais

3.2. Execução para entrega de coisa

3.3 Execução das obrigações de fazer e não fazer

3.4 Execução por quantia certa

3.3. Execução de prestação alimentícia;

3.4. Execução contra a Fazenda Pública

3.5 Insolvência e seus efeitos

UNIDADE IV RESPOSTA DO EXECUTADO E DE TERCEIROS

4.1. Conceito

4.2. Competência;

4.3. Princípios norteadores

4.4. Legitimados

4.5. Embargos à execução;

4.6. Embargos de terceiros;

4.7. Exceção de pré-executividade

4.7.1. conceito;

4.7.2. hipótese de incidência;

4.8 Suspensão e extinção do processo de execução

UNIDADE V PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

3.1 Teoria Geral dos procedimentos especiais.

3.2 Procedimentos especiais de jurisdição voluntária

3.2.1 Notificação e interpelação

3.2.2 Alienação judicial

3.2.3 Ações consensuais de família

3.3 Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.

3.3.1 Da ação de consignação em pagamento.

3.3.2 Da oposição.

3.3.3 Da habilitação.

3.3.4 Da ação monitória.

3.3.5 Das restauração de autos.

3.3.6 Dos embargos de terceiro.

Disciplina: Direito Falimentar	Código: 1939
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivo Geral:

Compreender o processo de falência e recuperação da empresa de acordo com a nova legislação relativa ao tema.

Objetivos Específicos:

Analisar detidamente a Lei 11.101/05 (Nova Lei de Falências)

Descrever e explicar o conteúdo da disciplina, com enfoque para sua aplicabilidade

Relacionar o conteúdo disciplinar com os demais ramos do direito.

Analisar julgados atuais sobre o assunto ministrado.

Enfatizar a atualidade do assunto em face da doutrina e jurisprudência.

Ementa:

Direito Falimentar: noções; histórico; legislação; devedor insolvente; legitimidade ativa e passiva; pressupostos; sentença; recursos; ação revocatória; administração da falência; pedido de restituição e embargos de terceiro; verificação dos créditos e sua classificação; inquérito judicial; a liquidação; pagamento dos credores; extinção das obrigações do falido; encerramento do processo falimentar; crimes falimentares; Da recuperação de empresas.

Conteúdo:

Unidade I – Panorama da Nova Lei de Falências

– Falência: conceito e características na lei 11.101/05

1.2 – Da caracterização da insolvência

1.3 – Sujeitos na falência

Unidade II – Administração da Falência

2.1 – Administrador judicial

2.2 – Comitê de Credores

2.3 – Impedimentos

Unidade III – Assembleia Geral de Credores

3.1 – Atribuições e convocação

3.2 – Mesa Diretora da Assembleia

3.3 – Quorum de instalação e deliberações

Unidade IV – Da ação falimentar

4.1 – Competência

4.2 – Procedimentos falimentar

4.3 – Sentença falimentar e seus efeitos sobre o falido, seus bens, credores e obrigações

4.4 – Termo legal e período suspeito

4.5 – Ações Revocatórias

4.6 – Classificação dos Créditos da massa falida

Unidade V – Recuperação judicial

5.1 – Conceito e características

5.2 – Procedimentos de recuperação judicial

5.3 – Plano de Recuperação judicial e cumprimento de obrigações

5.4 – Recuperação judicial de microempresas e empresas de pequeno porte

5.5 – Recuperação extrajudicial

Unidade VI – Da liquidação e encerramento da falência

6.1 – Regularização do ativo

6.2 – Pagamento dos credores

6.3 – Extinção das obrigações do falido

Unidade VII – Dos crimes falimentares

7.1 – Procedimento criminal falimentar

7.2 – Crimes falimentares em espécie

Disciplina: Direito do Trabalho II	Código: 8504
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivo Geral:

Desenvolver a análise crítica e social das relações de trabalho e compreender as formas de suspensão e interrupção do contrato de trabalho, assim como a sua rescisão e os temos envolvidos neste contexto. Analisar e compreender as normas coletivas de trabalho.

Objetivos Específicos:

Desenvolver as habilidades de investigação, organização de informações, interpretação, raciocínio, argumentação e senso crítico na análise das questões relativas à interrupção, suspensão e rescisão do contrato de trabalho;

Compreender e analisar as normas coletivas de trabalho e as questões sindicais.

Ementa:

Suspensão, interrupção e extinção do contrato de trabalho (demissão, dispensa imotivada, justa causa, rescisão indireta); aviso prévio; estabilidade; Direito Coletivo do Trabalho.

Conteúdo:

Unidade I Suspensão e interrupção do contrato de trabalho (CT)

1.1 suspensão do CT

1.2 interrupção do CT

Unidade II Extinção do contrato de trabalho

2.1 Contrato a termo

2.2 Dispensa imotivada

2.3 Demissão

3.4 Justa causa

2.5 Rescisão indireta

2.6 Força maior

2.7 Aviso prévio

2.8 Estabilidade

2.9 Seguro-desemprego

2.10 Obrigações decorrentes da dissolução do contrato

Unidade III Direito coletivo do trabalho Organização sindical 3.2 Enquadramento sindical 3.3 Contribuição sindical 3.4 Acordos e convenções coletivas 3.5 Direito de greve

Disciplina: Direito Civil VI	Código: 3030
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Compreender o sistema sucessório brasileiro, avaliando a regulação legislativa da destinação causa mortis legítima e voluntária do patrimônio, bem como estudar os procedimentos de inventário e partilha, judicial e extrajudicial disponíveis no ordenamento jurídico pátrio.

Objetivos Específicos:

Compreender a teoria da das sucessões, bem como oferecer visão global do complexo de normas jurídicas disciplinadoras das relações jurídicas sucessórias.

Identificar, na primeira parte do estudo, uma visão geral do Direito Sucessório, sob o prisma de sua história, fases, evolução e influências até hoje presentes em nosso cotidiano, procurando desta forma, facilitar o entendimento da matéria.

Entender a parte geral das relações sucessórias e os princípios gerais sob uma feição nitidamente didática, tendo um único objetivo, proporcionar uma visão global do complexo de normas jurídicas disciplinadoras das relações atuais.

Ocupar-se dos institutos que compõem o Direito das Sucessões, analisando-os minuciosamente, realizando estudo comparado e completo do Código Civil de 2002, bem como das novas tendências da sociedade.

Ementa:

Introdução ao Direito das Sucessões. Sucessão Legítima. Sucessão Testamentária. Inventário e Partilha

Conteúdos:

Unidade I - Introdução ao direito das sucessões e da transmissão da herança

Noção de Sucessão: conceito; sucessão ex lege e ex voluntate

Abertura da sucessão e efeitos jurídicos

Morte real e presumida e relações com inventário

Força jurígena da morte: seguro de vida, benefícios previdenciários e inventário

Espécies de herdeiros: necessários e facultativos

Modos de transmissão da herança: por direito próprio e por representação

Sucessões anômalas

Aceitação e renúncia da herança: características, forma e efeito dos atos

1.8 Capacidade para testar e suceder

1.9 Exclusão da ordem hereditária: indignidade e deserdação

1.10 Doação como adiantamento de herança e colação

1.11 Cálculo da parte legítima e do patrimônio disponível

1.12 Cessão de Direitos Hereditários

1.13 Espólio: natureza jurídica, representação e composição

Unidade II Da Sucessão Legítima

2.1 A ordem de vocação hereditária no CC, art 1829: princípios aplicáveis

2.2 Sucessão dos descendentes;

2.3 Sucessão dos ascendentes;

2.4 Sucessão do cônjuge;

2.5 Sucessão do companheiro;

2.6 Sucessão na união homoafetiva;

2.7 Sucessão dos colaterais

2.8 Sucessão do Poder Público: herança jacente e herança vacante

Unidade III Da sucessão testamentária

3.1 Características da disposição de última vontade

3.2 Natureza e evolução da sucessão testamentária

3.3 Liberdade de testar e herdeiros necessários

3.4 Capacidade testamentária ativa e passiva

3.5 Das formas ordinárias de testamento: público, cerrado e particular

3.6 Das formas especiais de testamento: marítimo, aeronáutico e militar

3.7 Do testamento nuncupativo

3.8 Do codicilo

3.9 Das disposições testamentárias: limitações e redução

3.10 Dos legados: objeto, espécies, pagamento, caducidade

3.11 Das substituições: vulgar e recíproca; fideicomissária

3.12 Incidentes testamentários: nulidade, anulabilidade, revogação, caducidade e rompimento

3.13 Do testamenteiro: atributos, direitos e deveres

Unidade IV Inventário e Partilha

4.1 Conceito de inventários

4.2 Ritos processuais para inventário

4.3 Desnecessidade de inventário na lei 6858/80

4.4 Inventário conjunto, inventário negativo e inventário extrajudicial

4.5 Jurisdição brasileira e inventário

4,6 Competência para processamento do inventário: vis attrativa do foro

4.7 Do inventariante: nomeação, poderes, deveres, destituição

4.8 Andamento processual: da abertura do inventário ao cálculo do ITCD

4.9 Ações correlatas ao inventário: vias ordinárias e distribuição por dependência

4.10 Pagamento das dívidas do espólio

4.11 Ação de sonegados

4.12 Da Partilha: monte partível

4.13 Espécies de partilha: judicial e amigável

4.14 Vícios da partilha e ações cabíveis

4.15 Garantia dos quinhões hereditários

4.16 Formal de Partilha e Carta de adjudicação

Disciplina: Direito Processual Penal II	Código: 1942
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Estudar os institutos processuais penais da prisão e da liberdade provisória. Estudar a sentença dada em ações penais, e ainda analisar os recursos e nulidades que podem ocorrer em se tratando de processo penal.

Objetivos Específicos:

Estudar os institutos da prisão e da liberdade provisória em processo penal. Compreender como ocorrem os procedimentos aplicados no processo penal.

Estudar a sentença absolutória e condenatória.

Compreender os recursos aplicados em processo penal.

Avaliar o “Habeas corpus” e Revisão Criminal

Estudar as nulidades que podem ocorrer no processo penal e qual a sua consequência.

Ementa:

Das Prisão e da Liberdade Provisória. Sentença Penal. Ritos Processuais. Recursos Criminais.

Conteúdo:

Unidade I Prisão e Liberdade Provisória

Disposições gerais

Formas de Prisão

Prisão especial

Prisão nas eleições

Prisão em flagrante

Prisão preventiva

Prisão temporária

Liberdade provisória

Acusado livrado solto

Fiança e liberdade provisória

Unidade II Sentença Penal

2.1 Efeitos da sentença penal condenatória e absolutória

2.2 Emendatio libelli

2.3 Mutatio libelli

Unidade III Ritos Processuais Penais

3.1 Rito ordinário

3.2 Rito sumário

3.3 Rito do Tribunal do Júri

3.4 Rito dos crimes contra a honra

3.5 Rito das Leis Especiais

3.5.1 Rito sumaríssimo da Lei 9099/95

3.5.2 Rito da Lei de Tóxicos Lei 11343/06

3.6 Suspensão condicional do processo

3.7 Nulidades no processo penal

Unidade IV Recursos no Processo Penal

4.1 Pressupostos recursais

4.2 Efeitos do recurso penal

4.3 Reformatio in pejus

4.4 Recurso de ofício

4.5 Recursos em espécie

4.5.1 Recurso em sentido estrito

4.5.2 Apelação

4.5.3 Embargos infringentes e de nulidade

4.5.4 Embargos de declaração

4.5.5 Carta testemunhável

4.5.6 Agravo em execução

4.5.7 Recurso ordinário constitucional

4.5.8 Recurso especial

4.5.9 Recurso Extraordinário 4.5.10 Revisão Criminal 4.5.11 Habeas Corpus

Disciplina: Direito Ambiental	Código: 3019/ 4352
Carga Horária: 45 horas	Créditos: 03

Objetivo Geral:

Proporcionar condições à compreensão da evolução e da moderna construção do Direito Ambiental e dos meios, instrumentos e mecanismos à prevenção e à defesa do meio ambiente em face de danos, crimes e ilícitos administrativos, a fim de assegurar, aos agentes da aprendizagem, base teórica a elementos à prática advocatícia como futuros operadores do Direito, sob fundamentos da ética nas relações entre os homens e dos homens com os bens ambientais da vida.

Objetivos Específicos:

Dominar a principiologia norteadora da tutela ambiental, os instrumentos sociais e jurídicos de controle, bem como a organização da Política Nacional do Meio Ambiente, com vistas à adequada aplicação do direito.

Compreender os procedimentos administrativos e as normas processuais coletivas afetas às questões ambientais.

Ementa:

Evolução histórica do Direito Ambiental. Conceitos básicos. Princípios fundamentais. A política nacional de meio ambiente. Órgãos do sistema nacional de meio ambiente e competências. Legislação aplicada à política nacional de meio ambiente e dela decorrente. Leis especiais sobre matérias de relevante interesse ambiental. A tutela jurídica ao meio ambiente. A proteção aos bens ambientais nas várias esferas projetivas e sua classificação. Bens especialmente protegidos. Prevenção ambiental: estudo prévio de impacto ambiental e o relatório de impacto do meio ambiental. Licenciamento ambiental. Zoneamento ambiental. Termo de compromisso. Normas técnicas sobre gestão e auditoria ambiental. Defesa: responsabilidade civil por danos e prejuízos ambientais, responsabilidade criminal e responsabilidade administrativa. A proteção à

pessoa em face do mau uso de bem ambiental. Reflexões sobre questões ambientais críticas na atualidade.

Conteúdo:

Unidade I Evolução Histórica do Direito Ambiental

1.1 A vida como destinatária do direito ambiental

1.2 A associação/ dissolução: Homem – Natureza.

1.3 As etapas à percepção da problemática ambiental.

1.4 Equilíbrio / Desequilíbrio.

1.5 Direito Ambiental.

1.6 A evolução histórica da legislação de proteção ambiental

1.7 Tutela internacional do meio ambiente.

1.8 Meio ambiente e o desenvolvimento sustentável/direito ambiental de sustentação.

1.9 Declaração da Conferência Rio/92.

1.10 Protocolo de Kyoto.

1.11Meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho.

Unidade 2: Os fundamentos da política nacional do meio ambiente

2.1 Meio Ambiente.

2.2 A Lei 6.938/81.

2.3O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

2.4 Meio Ambiente / Direito ao meio ambiente.

2.5 Bem ambiental: bem de uso comum do povo.

2.6 Desapropriação direta e indireta.

2.7 Funções sociais da cidade e da propriedade rural.

Unidade 3: Diretrizes, princípios, objetivos e finalidades da política nacional do meio ambiente

3.1Diretrizes

3.2 Princípios e objetivos

3.3 Finalidades e aspectos Conceituais

3.4 Espaços territoriais especialmente protegidos

3.5 Órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)

3.6 Competências

Unidade 4: Leis especiais da política nacional do meio ambiente

4.1A problemática da água e a Lei N. 9.433/97

4.2 Estatuto da cidade

4.3 Lei de biossegurança

Unidade 5: Natureza protetiva do direito ambiental

5.1Conceitos básicos

5.2 Conceito jurídico segundo a ideia de relação

5.3 Fontes do Direito Ambiental

5.4 Princípios de Direito Ambiental

5.5 Tutela protetiva de interesses difusos

Unidade 6: Bens ambientais: prevenção e responsabilidade

6.1 Bens de uso comum do povo

6.2 Prevenção

6.3 Responsabilidade

6.4 Responsabilidade penal e administrativa

6.5 Conflito de interesses entre a propriedade privada e o meio ambiente

6.6 Atuação do Estado

6.7 Subsídios para complementação de conteúdo e fins práticos

Unidade 7: Defesa ambiental

7.1 Defesa em decorrência de fato lesivo

7.2 Defesa em face de ato lesivo

7.3 Mandado de segurança coletivo ambiental

7.4 Mandado de injunção ambiental

7.5 Proteção a pessoas em face do mau uso de bens ambientais

7.6 Relações distintas de direito

7.7Crimes ambientais e ilícitos administrativos

Disciplina: Prática Jurídica II	Código: 1946
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

A prática jurídica objetiva o desenvolvimento profissional do estagiário na seara do Direito de Família e Sucessões.

Objetivos Específicos:

Conhecer a atividade da advocacia, a indispensabilidade do advogado e a sua atuação no juízo de Família e Sucessões

Conhecer as particularidades processuais destas duas áreas do Direito Civil

Compreender a interdisciplinaridade entre o Direito, a Psicologia e o Serviço Social nas demandas familiais.

Ementa:

Prática Jurídica Civil (com ênfase em Direito de Família e Sucessões)

Conteúdo:

UNIDADE I - ELABORAÇÃO DE PEÇAS DE DIREITO DE FAMÍLIA (rol exemplificativo)

 Petição de adoção ;

 Petição de registro de adotantes (Juízo da Infância e da Juventude);

 Petição de adoção feita por estrangeiro (Juízo da Infância e da Juventude);

 Petições de ações de alimento, revisionais de alimento e contestações;

 Petição de ordenação de registro de escritura de instituição de bem de família;

 Petição de busca e apreensão de menor em poder do cônjuge ou de terceira pessoa, que o tenha ilegalmente;

 Elaboração de minuta de pacto nupcial de comunhão universal de bens, por instrumento público;

 Petição de homologação por sentença de matrimônio celebrado “in articulo mortis”;

 Petição de averbação de patronímico no registro de nascimento (art; 157, § 2º, da Lei nº 6015, de 31/12/1973, com a nova redação da Lei nº 6216, de 30/06/1975);

 Petição de guarda provisória para regularizar e legalizar posse de fato de criança (Lei nº 8069/90, art. 33, § 1º);

 Petição de declaração de ausência e determinação de arrecadação dos bens do ausente e nomeação do seu curador;

 Petição de abertura de sucessão de pessoa desaparecida;

 Petição de interdição de alienado;

 Petição de interdição de pródigo;

 Petição de anulação de casamento;

 Petição de separação consensual;

 Petição de separação litigiosa;

 Petição de conversão de separação consensual em divórcio;

 Petição de divórcio direto;

 Petição de separação de corpos;

 Petição de investigação de paternidade;

 Petição de investigação de paternidade cumulada com alimentos;

 Petição de investigação de maternidade;

 Petição de guarda e educação de filho menor com direito de visita;

 Petição de suprimento de autorização para menor de idade contrair casamento;

 Petições de perda do poder familiar e de suspensão do poder familiar.

UNIDADE II ELABORAÇÃO DE PEÇAS DE DIREITO DAS SUCESSÕES (rol exemplificativo)

 Petição de abertura de inventário pelo rito ordinário ou solene e pelo rito sumário ou arrolamento;

 Petição de inventário e partilha de bens com aplicação da lei estrangeira, e do art; 10 da LINDB, do art; 96 do Código de Processo Civil e anexação do texto do Código

Civil do país onde era domiciliado o autor da herança, devidamente traduzido por tradutor juramentado e registrado no Registro de Títulos e Documentos, além dos artigos de abertura da sucessão previstos no Código de Processo Civil;

 Petição de inventário havendo nascituro

 Petição de inventário requerendo o usufruto vidual;

 Petição de inventário requerendo o direito real de habitação para o cônjuge viúvo;

 Petições de “alvará”, também denominado “súplica de alvará”, forma não prevista no Código de Processo Civil, mas admitida na praxe forense, por ser um procedimento mais simples e rápido e menos oneroso para as partes, que se destina somente a transferência de bens móveis deixados pelo autor da herança, como saldos bancários, aplicações financeiras, ações, linhas telefônicas, veículos, etc;

 Petições de inventário negativo

 Petição de medida cautelar de arrolamento de bens;

 Petição de declaração de ausência;

 Petição de apresentação de declarações de herdeiros e bens; Petição de cessão de herança (instruída com a escritura de cessão de direitos hereditários);

 Petições de renúncia abdicativa de herança e de renúncia translativa de herança;

 Petição de cancelamento de cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e

impenhorabilidade, que gravam imóveis perante o oficial de registro de imóveis da comarca;
Petição de sub-rogação de gravames ou cláusulas;

 Petições de anulação de testamento público, cerrado e contestações;

 Elaboração de codicilo;

 Petições de apresentação de testamento público e cerrado;

 Elaboração de escritura de instituição de bens de família regulada pelo Código Civil; 19 a 23 do Decreto-Lei 3.200/1941 e 260 a 265 da Lei nº 6015, de 31/12/73 (Lei de Registros Públicos);

 Petição de liquidação de firma individual para efeito de inventário (em apenso aos autos de inventário);

 Petição de ação de sonegados (por dependência nos autos de inventário);

 Petição de adjudicação em processo de inventário;

 Petição de alvará de autorização para que o inventariante do espólio possa outorgar escritura definitiva de compra e venda de imóvel objeto da promessa de venda, em face do cumprimento de todas as formalidades estabelecidas na escritura de promessa;

 Petição de autorização para o inventariante vender imóvel do espólio com a concordância dos herdeiros;

 Petição de homologação de contrato de honorários formulado pelo inventariante, com a concordância de todos os interessados, para que a importância seja deduzida do monte inventariado (por dependência nos autos de inventário);

 Petição de averbação da sucessão em face da morte do cônjuge meeiro supérstite;

 Petição de extinção do fideicomisso

9º Período – Curso de Direito

Disciplina: Orientação Metodológica para Trabalho de Conclusão de Curso	Código: 2901
Carga Horária: 120 horas	Créditos: 08

Objetivos Gerais:

Desenvolver as formas de apresentação (oral e escrita) de um trabalho científico, dominar as técnicas de produção científica e as específicas da metodologia do Direito objetivando elaborar artigo para conclusão de curso.

Objetivos Específicos:

Dominar as técnicas de metodologia aplicáveis à elaboração de um trabalho de conclusão de curso em Direito.

Elaborar um artigo científico, com aproximadamente 15 (quinze) laudas.

Ementa:

Diretrizes para a elaboração de um artigo científico. Publicações científicas. Trabalhos científicos. Metodologia do Direito. Técnicas de Pesquisa aplicadas ao Direito. Identificação das fontes de pesquisa. Elaboração de artigo científico como trabalho de conclusão de curso. ABNT. META.

Conteúdo:

Unidade I: Noções gerais sobre o artigo científico

Unidade II: Tipos de pesquisa

2.1 Análise teórica

2.2 Estudo de caso

2.3 Análise teórico-empírica

2.4 Pesquisa de campo

2.5 Pesquisa científica

Unidade III: Métodos de pesquisa

3.1 Métodos científicos

3.2 Métodos de abordagem: indutivo, dedutivo e dialético

3.3 Métodos de procedimento: histórico, comparativo e estatístico

Unidade IV: Estrutura do trabalho científico

4.1 Técnicas de pesquisa aplicadas ao Direito e Regras da ABNT

Unidade V: Aspectos formais do trabalho científico 5.1 Elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. 5.2 orientações de formatação segundo do META – Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. Unidade VI Elaboração do Artigo Científico Unidade VII Apresentação do Artigo (escrita ou oral)

Disciplina: Direito Administrativo I	Código: 3231
Carga Horária: 45 horas	Créditos: 03

Objetivo Geral:

Apreender de forma sistemática o Direito Administrativo, e os relevantes processos que envolvem o cidadão perante a Administração Pública.

Objetivos Específicos:

Conhecer as peculiaridades do Direito Administrativo sabendo diferenciá-lo das demais ramificações do Direito, identificando com clareza a atuação e funções do Estado.

Conhecer de forma sistematizada o conjunto de proposições que alicerçam e embasam um sistema e lhe garanta a validade e identidade da atuação do Estado Brasileiro, a partir do Estado Democrático de Direito.

Compatibilizar a existência de direitos com o bem-estar social, através de um entrosamento do uso da liberdade e da propriedade com a utilidade coletiva, de modo que não implique esta liberdade garantida constitucionalmente numa barreira capaz de obstar à realização dos objetivos públicos

Compreender as várias nuances de formação e atuação do Estado, enquanto prestador de serviço público, estabelecendo com clareza a distinção entre Administração Pública Direta e Administração Pública Indireta.

Ementa:

Conceito de Direito Administrativo. Princípios da Administração Pública. Administração Pública Direta e Indireta. Atos Administrativos. Serviços Públicos. Contratos Administrativos. Licitações.

Conteúdo:

Unidade I Direito Administrativo e seus Princípios

Origem, objeto e conceito do Direito Administrativo.

Fontes do Direito Administrativo

Princípios da Administração Pública

Unidade II Administração Direta e Indireta

2.1 Da Administração Pública: conceito de órgão público

2.2 Competência administrativa

2.3 Administração Pública Direta

2.4 Administração Pública Indireta

2.4.1 Autarquias

2.4.2 Fundações Públicas

2.4.3 Entidades Paraestatais

2.4.4 Agências executivas e reguladoras

2.4.5 O Terceiro Setor: ONGs e OSCIPs

Unidade III Atos Administrativos

3.1 Conceito de ato administrativo

3.2 Atributos e mérito do ato administrativo

3.3 Classificação dos atos administrativos

3.4 Atos administrativos quanto ao conteúdo

3.5 Atos administrativos quanto à forma

3.6 Extinção dos Atos administrativos

Unidade IV Licitações Públicas

4.1 A Lei nº 8.666/93: aspectos gerais e principiológicos

4.2 Dispensa e Inexigibilidade.

4.3 Modalidades de licitação

4.4 Procedimento licitatório

4.5 Anulação e revogação da licitação

4.6 Sanções Penais

Unidade V Contratos Públicos

5.1 Particularidades do Contrato Administrativo

5.2 Formalização do contrato administrativo

5.3 Execução do Contrato Administrativo

5.4 Inexecução do contrato

5.5 Revisão, suspensão e prorrogação do contrato

5.6 Espécies de contratos administrativos

Bibliografia Básica:

Disciplina: Direito Processual do Trabalho	Código: 3217
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 03

Objetivo Geral:

Analisar e compreender as normas e procedimentos específicos aplicáveis ao processo trabalhista, objetivando a solução de conflitos inerentes às relações de trabalho e emprego, de forma a buscar a efetividade processual e a aplicação do direito material do trabalho.

Objetivos Específicos:

Aplicar conceitos e princípios à solução dos conflitos trabalhistas. Capacitar o aluno a perceber as particularidades de organização da Justiça do Trabalho, regras de competência aplicáveis. Reconhecer atos próprios e diferenciar prazos processuais.

Compreender o desenrolar da ação trabalhista em sua inteireza, bem como os procedimentos específicos, reconhecendo em seus objetos, seus pressupostos, seus elementos subjetivos e objetivos, indicadores para diferenciá-los a ponto de compreender qual procedimento a ser utilizado para cada situação prática.

Ementa:

Conceitos e princípios do Direito Processual do Trabalho. Fontes. Solução de Conflitos trabalhistas. Organização da Justiça do Trabalho. Competência. Atos e prazos processuais. Representatividade. Nulidades. Ação trabalhista. Procedimentos. Audiências. Petição Inicial. Resposta do réu. Provas. Sentença. Liquidação e execução de sentença. Procedimentos Especiais. Recursos. Dissídios Coletivos.

Conteúdo:

Unidade 1 – Introdução ao Direito Processual do Trabalho

1.1 Conceito de Direito Processual do Trabalho

1.2 Princípios processuais trabalhistas

1.3 Fontes do Direito Processual Trabalhista

1.4 Solução de conflitos trabalhistas

Unidade 2 – Justiça do Trabalho

2.1 Organização da Justiça do Trabalho

2.2 Competência

Unidade 3 – Conceitos e normas gerais de processo do trabalho 3.1 Atos e prazos processuais 3.2 Nulidades 3.3 Das partes e seus procuradores no processo trabalhista Unidade 4 – Ação e processo 4.1 Considerações gerais (litisconsórcio, intervenção de terceiros, espécies de ação) 4.2 Ritos processuais 4.3 Audiências trabalhistas 4.4 Petição inicial 4.5 Distribuição 4.6 Resposta do réu 4.7 Provas 4.8 Sentença 4.9 Recursos 4.10 Liquidação de sentença 4.11 Execução de sentença 4.12 Procedimentos especiais 4.13 Dissídios coletivos.

Disciplina: Legislação Penal e Processual Penal Extravagante	Código: 3418
Carga Horária: 45 horas	Créditos: 03

Objetivo Geral:

Conhecer os conceitos, princípios e procedimentos mais comuns da legislação penal e processual penal extravagante no ordenamento jurídico brasileiro.

Objetivos Específicos:

Compreender os institutos da Lei de Execução Penal; Lei dos Juizados Especiais Criminais; Lei de Tóxicos, lei dos Crimes Hediondos, Lei de Abuso de Autoridade, e do Código de Trânsito Brasileiro.

Operacionalizar os procedimentos previstos às leis de execução penal, dos juizados especiais criminais, de tóxicos, dos crimes hediondos, de abuso de autoridade e do Código de Trânsito brasileiro.

Ementa:

Lei de Execução Penal; Lei dos Juizados Especiais Criminais; Lei de Tóxicos, Lei dos Crimes Hediondos, Lei de Abuso de Autoridade, Código de Trânsito Brasileiro.

Conteúdos:

Unidade I - Lei de Execução Penal (LEP)

Objeto e aplicação da LEP

Assistência e direitos do sentenciado

Disciplina, sanções e recompensas ao sentenciado

Dos estabelecimentos penais

Da execução das penas em espécie

Dos incidentes da execução

Anistia, graça e indulto

Unidade II: Lei dos Juizados Especiais Criminais

2.1 Procedimento criminal na Lei 9099/95

2.3 Transação penal

2.4 Aplicação de sanções.

Unidade III - Lei de Tóxicos

3.1 Penas e procedimentos na lei 11343/06

3.2 As relevante modificações trazidas pelo art 33 Unidade IV - Lei dos Crimes Hediondos 4.1 Âmbito de atuação e incoerências. 4.2 Crimes em Espécie na Lei 8072/90 4.3 Restrições feitas aos crimes hediondos Unidade VI - Código de Trânsito Brasileiro 5.1 Conceitos fundamentais na Lei 9503/97 5.2 Principais crimes de trânsito e seus procedimentos.

Disciplina: Tópicos Especiais de Direito de Empresa	Código: 1951
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivo Geral:

Analisar pormenorizadamente os contratos mercantis. Leasing. Faturem. Representação Comercial. Franchising. Alienação Fiduciária em Garantia. Contratos bancários. Análise do regulamento dos Títulos de Crédito no Direito Brasil leiro. Princípios. Espécies de títulos de credito. Ações e procedimentos correlatos.

Objetivos Específicos:

Analisar os principais contrato mercantis;

Estudar a teoria dos títulos de crédito e suas espécies mais comuns;

Descrever e explicar o conteúdo da disciplina com enfoque para sua aplicabilidade em face da doutrina e jurisprudência.

Ementa:

Teoria geral dos títulos de crédito. Contratos Mercantis.

Conteúdo:

Unidade I - Teoria Geral dos Títulos de Crédito

Definição, natureza jurídica e identificação dos títulos de crédito.

Princípios dos Títulos de Crédito e a Lei Uniforme de Genebra

Classificação dos Títulos de Crédito

Atos cambiários: endosso, aval, aceite e protesto

Títulos de Crédito em espécie:

1.5.1 Letra de Câmbio.

1.5.2 Nota Promissória.

1.5.3 Cheque.

1.5.4 Duplicata Mercantil.

1.5.5 Conhecimento de transporte, de depósito e warrant.

1.6 Ação Cambial.

Unidade II - Contratos Mercantis

2.1 Introdução ao direito dos contratos empresariais.

2.2 Compra e venda mercantil 2.3 Representação comercial 2.4 Contratos bancários. 2.5 Leasing ou arrendamento mercantil 2.6 Factoring ou faturização. 2.7 Franchising ou franquia 2.8 Alienação Fiduciária em garantia.

Disciplina: Prática Jurídica III	Código: 1952
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

A Prática Jurídica III objetiva o desenvolvimento profissional do estagiário em matéria criminal

Objetivos Específicos:

Conhecer a atividade da advocacia criminal, a indispensabilidade do advogado e a sua atuação judicial e extrajudicial em matéria penal

Conhecer a atividade do advogado criminal como profissional liberal, bem como sua liberdade de exercício profissional.

Conhecer as compatibilidades e impedimentos do advogado no exercício da profissão e estrutura administrativa da OAB.

Ementa:

Prática Jurídica em Direito Penal.

Conteúdos:

UNIDADE I - PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO

1. Para “notitia criminis”;

2. Para ingressar com queixa-crime;

3. Para ingressar com queixa-crime subsidiária;

4. Para ingressar com representação;

5. Para arguição de falsidade documental;

6. Para ingressar nos autos como assistente de acusação;

7. Procuração outorgada por pessoa jurídica;

8. Substabelecimento.

UNIDADE II - INQUÉRITO POLICIAL

1. Instauração de inquérito em crime de ação penal condicionada à representação;

2. Instauração de inquérito em crime de ação privada;

3. Diligências;

4. Adiamento para ouvir o indiciado;

5. Ingresso nos autos;

6. Vista dos autos negada pelo escrivão sob alegação de sigilo ou outro motivo;

7. Recurso de despacho que indefere requerimento de instauração de inquérito policial;

8. Requerimento de suspensão de inquérito policial em face de causas extintivas de punibilidade;

9. Fiança.

UNIDADE III - AÇÃO PENAL

1. Representação;

2. Queixa-crime;

3. Perdão do ofendido;

4. Aceite do perdão do ofensor;

5. Perempção;

6. Decadência;

7. Queixa-crime subsidiária;

8. Denúncia.

UNIDADE IV - QUESTÕES PREJUDICIAIS

1. Suspensão do curso do processo criminal dependente de decisão do juízo cível (art. 92 a 94 do CPP);

2. Arguição de suspeição do juiz criminal;

3. Arguição de incompetência;

4. Arguição de litispendência;

5. Arguição de ilegitimidade de parte;

6. Arguição de coisa julgada;

7. Arguição de impedimento.

UNIDADE V - RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS

1. Requerimento dirigido ao delegado;

2. Requerimento dirigido ao juiz;

3. Procedimento.

UNIDADE VI - INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1. Requerimento;

2. Quesitos.

UNIDADE VII - MEDIDAS ASSECURATÓRIAS

1. Sequestro de bens imóveis;

2. Embargos ao sequestro;

3. Levantamento de sequestro;

4. Hipoteca legal sobre imóveis do réu;

5. Cancelamento de hipoteca legal;

6. Incidente de falsidade documental.

UNIDADE VIII - PROVA CRIMINAL

1. Exame de corpo delito;

2. Acareação;

3. Busca e apreensão.

UNIDADE IX - PRISÃO

1. Relaxamento da prisão em flagrante;

2. Revogação da prisão preventiva;

3. Fiança dirigida ao juiz – art. 322, parágrafo único do CPP;

4. Fiança em face da demora da concessão de fiança pela autoridade policial (petição endereçada ao juiz competente);

5. Restituição de fiança;

6. Liberdade provisória, art. 310, “caput”, do CPP;

7. Liberdade provisória, art. 310, parágrafo único CPP;

8. Liberdade provisória, art. 350 CPP;

9. Prisão domiciliar;

10. Prisão especial;

11. Revogação de prisão temporária.

UNIDADE X - “HABEAS CORPUS”

1. “Habeas corpus” preventivo;

2. “Habeas corpus” liberatório;

3. “Habeas corpus” contra instauração de inquérito policial.

UNIDADE XI - MANDADO DE SEGURANÇA

1. Contra manutenção do despacho de indeferimento de requerimento de instauração de inquérito policial;

2. Contra ato da autoridade, inclusive por violação de direito do advogado.

UNIDADE XII - CAUSAS DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE

1. Arquivamento dos autos de inquérito policial.

UNIDADE XIII - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO E SUMÁRIO

2. Denúncia ou queixa-crime;

3. Defesa direta, 396-A;

4. Defesa – alegação oral ou memorial;

5. Acusação – alegação oral ou memorial;

6. Sentença condenatória;

7. Sentença desclassificatória;

8. Sentença absolutória;

9. Procedimento.

UNIDADE XIV - PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

1. Denúncia;

2. Resposta direta – art. 396-A;

3. Defesa – alegação oral – memorial;

4. Acusação – Alegações orais – memorial;

5. Sentença de pronúncia;

6. Sentença de impronúncia;

7. Sentença desclassificatória;

8. Sentença absolutória;

9. Procedimento.

10 . Desaforamento

UNIDADE XV - RECURSOS EM GERAL

1. Recurso em sentido estrito e suas razões;

2. Apelação e suas razões;

3. Embargos de declaração e suas razões;

4. Petição de embargos a acórdãos e suas razões;

5. Revisão;

6. Carta testemunhal e suas razões;

7. Recurso extraordinário e suas razões;

8. Recurso especial e suas razões;

9. Recurso ordinário;

10. “Habeas corpus” e suas razões;

11. Mandado de segurança;

12. Mandado de injunção.

UNIDADE XVI - JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

1. Elaboração de peças, inclusive dos recursos cabíveis: apelação, embargo de declaração, “habeas corpus”, revisão e mandado de segurança.

UNIDADE XVII - DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL N.º 7.210, DE 11/7/1984

1. Elaboração de peças da lei de execução penal.

UNIDADE XVIII - ATUAÇÃO EM DELEGACIA E JUÍZO CRIMINAL

1 Atuação na delegacia de polícia

a. Procuração;

b. Instauração de inquérito policial por crime de ação penal pública condicionada à representação;

c. Instauração de inquérito policial por crime de ação penal privada;

d. Prisão em flagrante – relaxamento; e. Fiança; f. Liberdade provisória sem fiança, art. 310, “caput”, do CPP; g. Liberdade provisória sem fiança, art. 310, parágrafo único, do CPP; h. Liberdade provisória com fiança, art. 350 do CPP; i. Revogação de prisão preventiva; j. Revogação de prisão temporária.

Disciplina: Conciliação, Mediação e Arbitragem	Código: 3446
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivo Geral:

Compreender os instrumentos conceituais e técnicos acerca dos institutos da conciliação, mediação e arbitragem, sua importância e utilidade no âmbito nacional e internacional.

Objetivos Específicos:

Compreender os elementos necessários para uma adequada interpretação dos institutos da conciliação, mediação e arbitragem;

Analisar mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos e sua importância social;

Estudar os dispositivos da Lei 9307/1996 e suas correlações com outras legislações, em especial a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Aplicar na prática os dispositivos da Lei de Arbitragem para solucionar conflitos de interesses a partir de uma visão crítica dos institutos da mediação, conciliação e arbitragem e da legislação correlata;

Conduzir o aluno na compreensão dos recursos desses meios alternativos ao Judiciário, normalmente privados, para solução de conflitos, controvérsias, litígios e impasses, oferecendo ainda os dispositivos legais dos referidos meios.

Ementa:

Autocomposição no direito brasileiro- a mediação e a conciliação no direito brasileiro - Outras formas de solução extrajudicial de conflitos. A experiência internacional e o surgimento de novas formas alternativas de resolução de conflitos. Arbitragem: teoria geral da arbitragem. Arbitragem e jurisdição estatal. Arbitragem no direito interno e Internacional.

Conteúdo:

Unidade I Introdução aos Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos

Conceito de Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos

Tipologia dos Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos

Os Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos.

1.4 Teoria da Comunicação e Ação Comunicativa dos Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos.

1.5 A Lei 9307/96: uma análise de sua efetividade.

Unidade II - A Mediação

2.1 Conceito

2.2 Vantagens

2.3 Espécies

2.4 O papel do Mediador

2.5 Procedimento de Mediação

2.6 A Ética na mediação.

UNIDADE III - A Conciliação

3.1 Conceito

3.2 Espécies;

3.3 O papel do conciliador

3.4 O Procedimento de Conciliação.

UNIDADE IV - A Arbitragem

4.1 Noções e fontes da arbitragem.

4.2 Natureza jurídica da Arbitragem.

4.3 Procedimentos arbitrais.

4.4 A sentença arbitral e seus efeitos

4.4 A fase pós-arbitragem

4.5 A Sentença Arbitral estrangeira.

4.6 A Arbitragem na Recuperação Judicial de Empresas.

4.7 A Arbitragem nos Contratos Públicos.

4.8 A Arbitragem trabalhista.

Unidade V - Tratados Internacionais sobre Arbitragem

5.1 Protocolo de Genebra sobre Cláusulas Arbitrais de 1923

5.2 Convenção de Genebra sobre Execução de Laudos Arbitrais Estrangeiros de 1927

5.3 Convenção de Nova Iorque de 1958 sobre o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras

5.4 A Convenção de Washington para a Solução das Lides concernentes a Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados de 1965

5.5 Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional do Panamá de 1975

Disciplina: Tópicos Especiais em Direito Tributário	Código: 4436
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivo Geral:

Apresentar os conceitos básicos da ciência jurídica do direito tributário aos alunos, visando que possam reconhecer-lhes na dinâmica do direito tributário brasileiro e utiliza-los como elementos de escolha nas suas decisões profissionais diárias

Objetivos Específicos:

Compreender os elementos necessários para uma adequada interpretação dos institutos tributários;

Analisar os conceitos elementares do Direito Tributário, como instrumentos essenciais à compreensão deste ramo do Direito Público.

Ementa:

Direito tributário. Conceitos do direito tributário. Normas gerais de direito tributário (outros conceitos ligados ao fenômeno tributário no Brasil e o Sistema tributário Nacional). Limitações constitucionais ao poder de tributar. Processo e procedimento tributários.

Conteúdo:

Unidade 1 – Introdução ao Direito Tributário.

1.1. Direito tributário: ciência, objeto e conceito.

1. 2. Autonomia do direito tributário.

1. 3. Relações do direito tributário com outras disciplinas.

1. 4. Direito tributário e direito financeiro.

1. 5. Direito, tributos e sociedade.

Unidade 2. Conceitos de Direito Tributário.

2. 1. Definição, natureza jurídica e conceito do tributo.

2. 2. Espécies tributárias.

2. 3. Espécies de tributos e diferenciação do tributo com outras formas de arrecadação.

2. 4. Relação jurídica tributária.

2. 5. Dinâmica do fenômeno jurídico tributário no Brasil.

Unidade 3. Sistema tributário nacional.

3 1. O conceito de sistema na ciência do Direito.

3 2. Sistema tributário nacional.

3 3. Competência tributária.

3.4. Competência tributária.

3.5 Capacidade tributária.

10º Período – Curso de Direito

Disciplina: Instrumentos Processuais de Garantia dos Interesses Difusos e Coletivos	Código: 1953
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Compreender as novas tendências processuais, voltadas à defesa dos interesses supra-individuais, por meio de análise e o debate dos diferentes temas a eles vinculados, que, obrigatoriamente, farão parte do cotidiano dos novos operadores do Direito.

Objetivos Específicos:

Identificar e diferenciar as espécies de direitos coletivos e os mecanismos de sua tutela.

Aplicar corretamente os instrumentos colocados à disposição do legislador para a tutela do meio ambiente, consumidor, ordem econômica, patrimônio público etc.

Ementa:

Histórico do Processo Coletivo. Espécies de Direitos Coletivos. Ação Popular. Ação Civil Pública. A tutela no Direito do Consumidor. Origem das normas processuais coletivas no Brasil. A legitimação no processo coletivo. Procedimentalização Democrática no processo coletivo.

Conteúdo:

Unidade 1 ABORDAGEM HISTÓRICA DA COLETIVIZAÇÃO DO PROCESSO: DO

PROCESSO INDIVIDUAL AO PROCESSO COLETIVO

1.1 O direito processual como ciência autônoma

1.1.2 A fase instrumentalista do processo e os movimentos de acesso à justiça

1.2 O direito processual coletivo.

1.2.1 As controvérsias terminológicas da ciência processual coletiva

1.2.1.1 Os direitos ou interesses difusos

1.2.1.2 Os direitos ou interesses coletivos

1.2.1.3 Os direitos ou interesses individuais homogêneos

1.3 As fases de coletivização do direito processual brasileiro

1.3.1 A ação popular como procedimento de participação do cidadão

1.3.2 A ação civil pública como procedimento coletivo típico

1.3.3 O Código de Defesa do Consumidor e a instituição do princípio da interação e integração das normas

1.3.4 O constitucionalismo de 88 e a nova abordagem da ciência processual

A ORIGEM DAS NORMAS PROCEDIMENTAIS COLETIVAS BRASILEIRAS

2.1 A common law estadunidense e o sistema de class actions

2.2 A influência do sistema de common law na procedimentalização coletiva

2.3 O direito processual coletivo no direito comparado

2.3.1 O direito francês

2.3.2 O direito italiano

2.3.3 O direito português

3 A LEGITIMAÇÃO NO PROCESSO COLETIVO

3.1 As propostas de elaboração de um Código Brasileiro de Processos Coletivos

3.1.1 Os projetos de Antônio Gidi e Ada Pellegrini Grinover

3.1.2 O Projeto de Lei nº 5.139/2009

3.2 Os legitimados coletivos

3.2.1 A Legitimação do Ministério Público

3.2.2 A Legitimação da Defensoria Pública

3.2.3 A Legitimação das Associações e Sindicatos

4 A PROCEDIMENTALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO PROCESSO COLETIVO

4.1 A democracia como princípio balizador do ordenamento jurídico

4.2 A cidadania como mecanismo de participação

4.3 O processo coletivo como meio de concretização da democracia.

4.4 O modelo participativo de processo coletivo: as ações coletivas como ações temáticas

Disciplina: Direito Tributário	Código: 1954
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Desenvolver uma visão crítica do Sistema Tributário Nacional, analisando desde os princípios constitucionais tributários até as propostas de reforma tributária apresentadas de tal forma que possa compreender o procedimento Administrativo Fiscal, o Processo Administrativo Fiscal, o Processo Judicial Tributário, como instrumento para realização do Direito substantivo.

Objetivos Específicos:

Identificar o Direito Tributário atual e a razão de seu estudo.

Compreender o conteúdo da disciplina com enfoque para sua aplicabilidade.

Relacionar o conteúdo disciplinar com os demais ramos do Direito.

Analisar pormenorizadamente o fenômeno tributário e suas peculiaridades materiais e processuais.

Ementa:

Sistema Tributário Nacional: bases constitucionais e legais, sistema tributário municipal. Perspectivas de tributação e novos direitos. Processo Tributário: Fundamentos Teóricos, Aspectos e ações.

Conteúdos:

Unidade 1 Introdução ao Direito tributário.

1.1 Direito tributário: ciência, objeto e conceito.

1.2 Autonomia do direito tributário.

1.3 Relações do direito tributário com outras disciplinas.

1.4 Direito tributário e direito financeiro.

Unidade 2. Conceitos de Direito Tributário.

2.1. Definição, natureza jurídica e conceito do tributo.

2.2. Espécies tributárias.

2.3. Diferenciação do tributo com outras formas de arrecadação.

2.4. Relação jurídica tributária.

Unidade 3. Normas gerais de direito tributário.

3.1. Fontes de direito tributário.

3.2. Legislação tributária.

3.3. A lei complementar no direito tributário.

3.4. Vigência, eficácia, interpretação, aplicação e integração do Direito Tributário.

Unidade 4. Hipótese de incidência tributária.

4. 1. Aspecto material da hipótese de incidência tributária.

4. 2. Aspecto subjetivo da hipótese de incidência tributária.

4. 3. Aspecto quantitativo da hipótese de incidência tributária.

4. 4. Aspecto espacial da hipótese de incidência tributária.

4. 5. Aspecto temporal da hipótese de incidência tributária.

Unidade 5. Obrigações tributárias e fatos geradores das obrigações tributárias.

5.1. Obrigação tributária: natureza jurídica, conceito e espécies.

5. 3. Fatos geradores: natureza jurídica, conceito e espécies.

5.4. Tributação de atos nulos, anuláveis e ilícitos.

5. 6. A norma geral antielisiva

Unidade 6. Sistema tributário nacional.

6.1. O conceito de sistema na ciência do Direito.

6. 2. Sistema tributário nacional.

6 3. Competência tributária.

6.4. Capacidade tributária.

Unidade 7. Princípios e imunidades tributários.

7. 1. Normas como regras, princípios e postulados normativos.

7. 2. Princípios ligados à ideia de segurança jurídica.

7 .3. Princípios ligados à ideia de justiça.

7.4. Princípios ligados à ideia de equidade.

Unidade 8. Lançamento e créditos tributários.

8. 1. Generalidades.

8. 2. Lançamento.

8. 3. Crédito tributário.

Unidade 9. Sujeitos da relação jurídica tributária.

9.1. Sujeito ativo da relação jurídica tributária: capacidade tributária ativa.

9 2. Sujeito passivo da relação jurídica tributária: capacidade tributária passiva.

9. 3. Sujeição passiva tributária: conceito e espécies.

9. 4. Domicílio tributário.

Unidade 10. Administração Tributária.

10 1. Fiscalização.

10 2. Dívida Ativa.

10 3. Certidões Negativas.

Unidade 11. Processo e procedimento tributário.

11.1. Procedimento administrativo tributário: noções gerais e regulamentação geral na esfera federal e estadual.

11.2. Processo judicial tributário: noções gerais (mandado de segurança em matéria tributária, ação de execução fiscal, cautelar fiscal, anulatória de débito fiscal)

Disciplina: Direito Internacional	Código: 1955
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

Ensinar o aluno os principais temas de Direito Internacional Público, de maneira a familiarizá-lo com as questões mais delicadas do dia a dia das relações entre os Estados e as Organizações Internacionais e os reflexos destas na vida cotidiana dos indivíduos.

Objetivos Específicos:

Fornecer ao aluno conhecimentos específicos da ordem jurídica internacional, analisando as normas de Direito Internacional e seu impacto na sociedade internacional, a situação sócio-política mundial e seus desdobramentos na ordem interna, a globalização e a formação de blocos econômicos e seus efeitos, permitindo ao aluno uma formação juridico-política dentro do contexto da disciplina.

Compreender e solucionar os conflitos de normas e de jurisdição que caracterizam as relações disciplinadas pelas regras de Direito Internacional Privado, bem como a relação de direitos entre soberanias diversas.

Ementa:

Tratados. Organizações Internacionais. O Estado. Estatuto do Estrangeiro. Domínio Público Internacional. Conflitos Internacionais. Cortes Internacionais. Direito Comunitário. Direito Internacional Privado e a LINDB. Elementos de conexão, qualificação prévia, reenvio. Aplicação e prova do Direito estrangeiro no Brasil. Cartas Rogatórias. Homologação de Sentenças Estrangeiras. Contratos Internacionais. Arbitragem internacional

Conteúdos:

Unidade 1 – Tópicos em Direito Internacional Público

Direito Internacional Público: conceito, fontes e princípios.

Direito dos Tratados

O Estado na Sociedade Internacional

Representação do Estado no Direito Internacional: Chefes de Estado, Chanceleres, Agentes diplomáticos e consulares

Principais organismos internacionais: a ONU

Coletividades não estatais

O Estatuto dos Estrangeiros

1.7.1 Direitos e Deveres do estrangeiro no Brasil

1.7.2 Sistema de Vistos

1.7.3 Nacionalidade e naturalização

1.7.4 Deportação

1.7.5 Expulsão

1.7.6 Extradição

1.7.7 Asilo político e diplomático

Domínio Público Internacional

Conflitos Internacionais

Direito Comunitário: noções fundamentais

Cortes Internacionais: CIJ, TPI, CIDH, ITLOS

Unidade 2 – Tópicos de Direito Internacional Privado

2.1 Conceito de Direito Internacional Privado: a norma metajurídica e a LINDB

2.2 Elementos de conexão, qualificação prévia, reenvio

2.3 Aplicação e prova do Direito estrangeiro no Brasil

2.4 Cartas Rogatórias

2.5 Homologação de Sentenças Estrangeiras

2.6 Contratos Internacionais

2.7 Arbitragem internacional

Disciplina: Prática Jurídica IV	Código: 1956
Carga Horária: 75 horas	Créditos: 05

Objetivo Geral:

A prática jurídica objetiva o desenvolvimento profissional do estagiário na seara do Direito do Trabalho.

Objetivos Específicos:

Oferecer ao aluno os elementos básicos e indispensáveis ao conhecimento sistemático do Direito do Trabalho, em seu aspecto práticos, para que possa, como profissional do Direito, entender, interpretar e aplicar na sua vida profissional.

Conhecer a atividade da advocacia trabalhista, a indispensabilidade do advogado e a sua atuação em juízo e as peculiaridades do jus postulandi na Justiça Laboral;

Conhecer a atividade do advogado trabalhista como profissional liberal e empregado, bem como sua liberdade de exercício profissional.

Conhecer a estrutura administrativa e funcional do Ministério Público do Trabalho.

Conhecer a estrutura administrativa e funcional da Magistratura do trabalho.

Ementa: Prática Jurídica Trabalhista.

Conteúdos:

UNIDADE I - O PAPEL DO ADVOGADO NOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

1. As atitudes do advogado e sua importância;

2. Ética profissional;

3. Sigilo profissional;

4. Contratação de honorários;

5. Arquivos, biblioteca, organização e informatização do escritório profissional.

UNIDADE II - ELABORAÇÃO DE PEÇAS PARA ATUAÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. Procuração;

2. Substabelecimento;

3. Credenciamento de preposto para representar o empregador nas audiências;

4. Requerimento de gratuidade judiciária;

5. Declaração de pobreza para fins de obtenção de gratuidade judicial;

6. Petição inicial de reclamação trabalhista no procedimento ordinário;

7. Petição inicial de reclamação trabalhista no procedimento sumaríssimo;

8. Petição requerendo aditamento da inicial;

9. Petição inicial de inquérito judicial para apuração de falta grave de empregado estável;

10. Defesa do reclamado: modelo comum;

11. Defesa do reclamado arguindo exceção de incompetência em razão da matéria;

12. Defesa do reclamado arguindo exceção de incompetência em razão do lugar;

13. Arguição de suspeição e de impedimento do Juiz;

14. Defesa com pedido de reconvenção;

15. Petição formulando quesitos para a prova pericial, com indicação de assistente técnico;

16. Petição formulando quesitos para a prova pericial, sem indicação de assistente técnico;

17. Petição de impugnação do laudo pericial;

18. Petição arguindo incidente de falsidade documental;

19. Petição inicial de instauração de dissídio coletivo;

20. Orientação sobre o "protesto" nas audiências para evitar preclusões;

21. Orientação sobre o procedimento de instrução processual: oitiva de testemunhas;

22. Contradita de testemunhas;

23. Formulação de perguntas e acareação de testemunhas.

UNIDADE III - PROVIMENTOS, INSTRUÇÕES E OUTROS ATOS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO SOBRE MATÉRIA PROCESSUAL.

1. Normas sobre os requisitos da petição inicial;

2. Normas sobre juntada de documentos;

3. Normas sobre apresentação de cálculos de liquidação;

4. Sistema de protocolo integrado;

5. Normas sobre o procedimento sumaríssimo;

6. Normas sobre recolhimentos de custas processuais e depósitos judiciais.

UNIDADE IV - ELABORAÇÃO DE PEÇAS PARA ATUAÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO (FASE RECURSAL E FASE DE EXECUÇÃO)

1. Petição de interposição de recurso ordinário;

2. Contra-razões ao recurso ordinário;

3. Petição de interposição de recurso de revista;

4. Contra-razões ao recurso de revista;

5. Petição de interposição de agravo de instrumento;

6. Contra-razões ao agravo de instrumento;

7. Petição de embargos declaratórios;

8. Petição de interposição de recurso de embargos no TST;

9. Petição de interposição de recurso adesivo;

10. Petição de interposição de agravo de petição;

11. Contra-razões ao agravo de petição;

12. Petição de interposição de agravo regimental;

13. Petição de interposição de recurso extraordinário ao STF;

14. Petição de correição parcial ou reclamação correcional;

15. Petição de revisão do valor da causa nas ações de alçada;

16. Petição apresentando os cálculos de liquidação;

17. Petição de impugnação dos cálculos de liquidação;

18. Petição de liquidação por artigos;

19. Petição de liquidação por arbitramento;

20. Petição de nomeação de bens à penhora;

21. Embargos à execução;

22. Embargos à arrematação e à adjudicação;

23. Embargos de terceiro;

24. Petição de extração de carta de sentença para execução provisória;

25. Procedimentos na execução contra a Fazenda Pública.

UNIDADE V - OUTRAS AÇÕES E PROCEDIMENTOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. Petição inicial de ação de consignação em pagamento;

2. Petição inicial de ação de prestação de contas; 3. Petição inicial de mandado de segurança; 4. Petição inicial de ação rescisória; 5. Petição inicial de medidas cautelares; 6. Petição inicial de ação monitória; 7. Pedido de antecipação da tutela jurisdicional; 8. Pedido de restauração de autos;

Disciplina: Direito Administrativo II	Código: 3697
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivo Geral:

Apreender os desdobramentos da atividade administrativa em setores mais específicos, assimilando os instrumentos que são propiciados para atuar em nome do interesse público, balizada por critérios legais e respeitando os direitos individuais e coletivos.

Objetivos Específicos:

Assimilar o desdobramento do serviço público descentralizado por colaboração e sua fiscalização. Identificar o Domínio Público e suas peculiaridades. Identificar as formas de interferência do Estado-Administração no domínio privado e na economia.Assimilar as diversas nuances da responsabilização estatal. Identificar as formas de controle da Administração Pública. Identificar os conteúdo da processualidade administrativa.

Ementa:

Serviços Públicos. Bens Públicos. Intervenção estatal na propriedade privada. Agentes Públicos. Controle da Administração Pública. Processo Administrativo.

Conteúdo:

Unidade I Serviços Públicos

1.1 Conceito de serviço público

1.2 Classificação dos serviços públicos

1.3 Princípios do serviço público

1.4 Competência para prestação do serviço

1.5 Concessão e Permissão de Serviço Público

1.6 Parceria Público-Privada

Unidade II Bens Públicos

2.1. Domínio Público

2.2. Bens Públicos: identificação e classificação

2.3. Utilização do bem público

2.4 Espécies de bens públicos

2.5 Aquisição e alienação dos bens públicos.

UNIDADE III. Intervenção do Estado na Propriedade Privada

3.1. Noções preliminares

3.2. Desapropriação

3.3. Servidão Administrativa

3.4. Requisição

3.5 Ocupação Temporária

3.6 Tombamento

3.7 Limitação Administrativa

Unidade IV Agentes Públicos

4.1 Conceito e classificação

4.2 Cargo, emprego e função pública

4.3 Concurso Público

4.4 Acumulação de cargos, empregos e funções

4.5 Deveres e responsabilidade dos agentes públicos

4.6 Estabilidade e aposentadoria

UNIDADE V Controle da Administração Pública

5.1. Noções gerais

5.2. Controle e interesse público

5.3. Controle administrativo

5.4. Controle parlamentar ou político

5.5. Controle judicial.

UNIDADE VI Processo Administrativo

6.1 Noções gerais

6.2 Princípios de Direito Processual Administrativo

6.3 Processo Administrativo Disciplinar (PAD)

6.4 A Administração Pública em juízo

6.5. Meios jurisdicionais de oposição à Administração Pública

Disciplina: Tópicos Especiais em Direito	Código: 3868
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivo Geral:

Disciplina de conteúdo variável, a critério do professor, a fim de atender a peculiaridades de cada momento jurídico, trazendo aos graduandos as mais recentes novidades doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais. Pretende, também, funcionar com um laboratório para revisão de questões importantes para o Exame da OAB.

Objetivos Específicos:

Desenvolver técnicas de peticionamento com os alunos do 10º. período

Oferecer casos hipotéticos para que os alunos apliquem seus conhecimentos processuais e redijam as peças cabíveis para cada situação apresentada

Resolver questões abertas da prova da OAB em sala, preparando os alunos para a 2ª. Fase do Exame de Ordem.

Ementa: Laboratório de Peticionamento.

Conteúdo:

Unidade I : Processo de Conhecimento

Petição inicial: rito ordinário e rito sumário no CPC

Resposta do réu: contestação, exceção, reconvenção

Liquidação de Sentença

Cumprimento de Sentença

Procedimentos Especiais: usucapião, divórcio, ações possessórias, consignação em pagamento, alimentos, inventários

Juizados Especiais

Lei de Locações

Unidade II Execução

Execução de quantia certa

Execução de alimentos

Embargos à Execução

Exceção de Pré-executividade

Unidade III Cautelares

3.1 Arresto

3.2 Sequestro

3.3 Busca e Apreensão

3.4 Sustação de Protesto

3.5 Separação de Corpos

3.6 Produção Antecipada de Provas

Unidade IV Recursos

4.1 Apelação

4.2 Agravo retido e de instrumento

4.3 Embargos de Declaração

4.4 Embargos Infringentes

4.5 Recurso Ordinário Constitucional

4.6 Recurso Extraordinário

4.7 Recurso Especial

4.8 Embargos de Divergência

4.9 Recurso Adesivo

Unidade V Remédios Constitucionais

5.1 Mandado de Segurança

5.2 Habeas Corpus

Disciplina: Direito Humanos	Código: 8566
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 02

Objetivo Geral:

Contribuir para com a formação humanista do aluno, a partir da reflexão crítica sobre a importância dos direitos humanos na contemporaneidade e, especificamente na prática profissional. Analisar as diferentes concepções, dimensões, características e conteúdo dos direitos humanos. Estimular o debate teórico-prático sobre temas atuais , com base nos princípios de direitos humanos.

Objetivos Específicos:

Conhecer, compreender e analisar as diferentes concepções, dimensões, características e conteúdo dos direitos humanos.

Desenvolver uma reflexão crítica sobre os Direitos Humanos e sua proteção na contemporaneidade.

Estudar questões sociais emergentes a demandar efetiva proteção de direitos fundamentais

Ementa:

Objeto e finalidade da disciplina direitos humanos. Fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos humanos. Os grandes valores ético-jurídicos constantes da Constituição Federal. Cidadania enquanto fenômeno jurídico. Princípios Constitucionais. Cidadania na sociedade contemporânea. Ética e cidadania. Cidadania no âmbito do consumidor, meio ambiente, Infância e Juventude, dos direitos do Idoso, dos portadores de Deficiência, da Mulher. Pluralismo, tolerância e cidadania. Direitos Humanos no Brasil. A violência contra direitos humanos. Instrumentalização dos direitos humanos.

Conteúdo:

Unidade 1. Introdução aos Direitos Humanos Fundamentais

Conceito de Direitos Humanos Fundamentais

A questão da nomenclatura

Direitos humanos e direitos humanitários

Características dos Direitos humanos

Unidade 2. Histórico dos Direitos Fundamentais

2.1 Precedentes históricos: A Carta Magna de 1215

2.1 Direitos humanos de 1a geração: os direitos negativos contra o Estado

2.2 Direitos humanos de 2a geração: os direitos positivos em face do Estado

2.3 Direitos humanos de 3a geração: os direitos de solidariedade

2.4 Direitos humanos de 4ª e 5ª geração

2.5 A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948

Unidade 3 Direitos fundamentais na Constituição brasileira

3.1 A tradição constitucional brasileira

3.2 Rol exemplificativo do art. 5º.

3.3 A questão das cláusulas pétreas

3.4 Direitos implícitos, direitos materiais e formais

3.5 Direitos humanos previstos em tratados

3.6 Aplicabilidade imediata

3.7 Colisão de direitos fundamentais

Unidade 4 Proteção dos Direitos humanos

4.1 A proteção contra o legislador e o controle de constitucionalidade

4.2 A proteção contra o administrador e o Ministério Público

4.3 Tutela civil e penal dos direitos fundamentais

4.4 Proteção internacional dos Direitos Humanos

4.5 Acesso ao Judiciário e acesso à justiça

Unidade 5 Remédios Constitucionais

5.1 Direito de Petição

5.2 Habeas corpus

5.3 Habeas data

5.4 Mandado de Segurança individual e coletivo

5.5 Mandado de Injunção

5.6 Ação Popular

5.7 Ação Civil Pública

Unidade 6 Proteção das pessoas em estado de vulnerabilidade

6.1 A questão do negro no Brasil

6.2 A violência doméstica e a lei Maria da Penha

6.3 A violência contra crianças e adolescentes e o ECA

6.4 O Estatuto do Idoso

6.5 A homofobia e o PL 122